

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação  
Departamento de Ciências da Informação  
Bacharelado em Museologia

DIULLY NOVACZYK PEREIRA

**FRAGMENTADO COMO O PRÓPRIO OBJETO:  
desafios na musealização arqueológica da primeira coleção do  
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**

Porto Alegre

2024

DIULLY NOVACZYK PEREIRA

**FRAGMENTADO COMO O PRÓPRIO OBJETO:  
desafios na musealização arqueológica da primeira coleção do  
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria

Porto Alegre  
2024

#### CIP - Catalogação na Publicação

Novaczyk Pereira, Diully  
FRAGMENTADO COMO O PRÓPRIO OBJETO: desafios na  
musealização arqueológica da primeira coleção do Museu  
Antropológico do Rio Grande do Sul / Diully Novaczyk  
Pereira. -- 2024.  
68 f.  
Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade  
de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Museologia,  
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Musealização. 2. Musealização da Arqueologia. 3.  
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. 4. Acervo  
Arqueológico. I. Gelmini de Faria, Ana Carolina,  
orient. II. Título.

DIULLY NOVACZYK PEREIRA

**FRAGMENTADO COMO O PRÓPRIO OBJETO:  
desafios na musealização arqueológica da primeira coleção do  
Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de bacharela em Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria

**Aprovada em:**Porto Alegre,5 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Ana Carolina Gelmini de Faria - orientadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Ana Celina Figueira da Silva - avaliadora  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Profa. Dra. Cristina Oliveira Bruno - avaliadora  
Universidade de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar primeiramente agradecendo aos meus pais, por todo o esforço e trabalho árduo que fizeram para sempre poder me proporcionar estudar e que me ensinaram a sempre correr atrás dos meus sonhos. Em especial a minha mãe, que sempre esteve presente na minha caminhada, que me deu colo, me deu amor. Ela que sempre esteve ali para escutar e é minha melhor amiga, meu maior exemplo de mulher guerreira, que não mediu esforços para permitir que eu estivesse aqui hoje, te amo, esse trabalho não iria existir sem você.

Ao Leonardo, meu noivo, seu apoio incondicional, paciência e compreensão foram essenciais ao longo dessa caminhada acadêmica. Tua presença me permitiu sentir leveza em meio ao caos, sempre me dando muito amor e carinho. Esse trabalho não seria o mesmo sem o seu apoio. Obrigada por sempre cuidar de mim e ser o melhor parceiro de vida que eu poderia escolher, te amo.

Aos meus colegas e companheiros de faculdade que me deram força para não desistir, que sempre se mostraram disponíveis e promovendo uma série de momentos divertidos com inúmeras gargalhadas. À minha dupla, Débora, que me deu todo o apoio e sempre se fez presente para me ouvir e dizer que tudo ia ficar bem.

Gostaria também de agradecer à banca examinadora, Ana Celina Figueira da Silva e Cristina Bruno, duas pesquisadoras mulheres que admiro tanto na Museologia, é uma honra tê-las neste momento tão importante da minha trajetória acadêmica.

Também não poderia deixar de agradecer à minha querida orientadora Carol Gelmini, pesquisadora que admiro tanto e com quem aprendi muito nesses anos de graduação, que entrou nas minhas loucuras permitindo que esse trabalho acontecesse e em momentos difíceis esteve ali presente, sempre com balinhas para oferecer nas reuniões de orientação e com a risada mais contagiante da UFRGS! Obrigada Carol pela demonstração de sensibilidade e acolhimento.

Por último, agradeço à equipe do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul que abriu as portas para que viabilizasse a construção desta pesquisa e ao auxílio que deram ao longo dessa produção.

## RESUMO

Este trabalho tem sua reflexão ancorada na musealização da coleção arqueológica Alto Uruguai, primeiro acervo a fazer parte do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. A pesquisa partiu de inquietações como estagiária da instituição, principalmente pelas lacunas encontradas na informação deste material. O principal objetivo é investigar a possibilidade de musealizar uma coleção arqueológica dissociada, analisando os desafios associados a esse processo a partir das implicações específicas da primeira coleção a adentrar o acervo do Museu. Este é um estudo de caso, realizado através de uma pesquisa descritiva de natureza básica, sua coleta de dados foi realizada em fontes documentais institucionais e bibliográficas, utilizando-se uma metodologia quanti-qualitativa para a análise dos dados. Os resultados obtidos apontam que apesar das lacunas e perdas irreparáveis na informação deste acervo, existe a possibilidade de uma coleção passar pelo processo de uma musealização tardia, contudo, é um processo urgente, longo, trabalhoso e, preferencialmente, ininterrupto. Este trabalho destaca a necessidade de explorar a potencialidade do processo de musealização dos acervos arqueológicos e fomentar as discussões da Musealização da Arqueologia.

**Palavras-chave:** Musealização. Musealização da Arqueologia. Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Acervo Arqueológico.

## ABSTRACT

This paper has its reflection anchored in the musealization of the Alto Uruguai archaeological collection, the first collection to be part of the Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. The research came from concerns as an intern at the institution, mainly due to the gaps found in the information in this material. The main objective is to investigate the possibility of musealizing a dissociated archaeological collection, analyzing the challenges associated with this process based on the specific implications of the first collection to enter the Museum's collection. This is a case study, carried out through descriptive research of a basic nature, data collection was carried out in institutional and bibliographical documentary sources, using a quantitative-qualitative methodology for data analysis. The results obtained indicate that despite the gaps and irreparable losses in the information in this collection, there is the possibility of a collection going through the process of late musealization, however, it is an urgent, long, arduous and, preferably, uninterrupted process. This work highlights the need to explore the potential of the musealization process of archaeological collections within the field and encourage discussions on the Musealization of Archeology.

**Keywords:** Musealization. Musealization of Archeology. Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Archaeological Collection.

## RESUMEN

Este trabajo tiene su reflexión anclada en la musealización de la colección arqueológica del Alto Uruguai, primera colección que forma parte del Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. La investigación partió de inquietudes como pasante en la institución, principalmente por los vacíos encontrados en la información de este material. El objetivo principal es investigar la posibilidad de musealizar una colección arqueológica disociada, analizando los desafíos asociados a este proceso a partir de las implicaciones específicas de la primera colección que ingresa al Museo. Este es un estudio de caso, realizado a través de una investigación descriptiva de carácter básico, la recolección de datos se realizó en fuentes documentales institucionales y bibliográficas, utilizando una metodología cuanti-cualitativa para el análisis de datos. Los resultados obtenidos indican que a pesar de los vacíos y pérdidas irreparables en la información de esta colección, existe la posibilidad de que una colección pase por el proceso de musealización tardía, sin embargo, es un proceso urgente, largo, laborioso y, preferiblemente, ininterrumpido. Este trabajo resalta la necesidad de explorar el potencial del proceso de musealización de colecciones arqueológicas y fomentar discusiones sobre la musealización de la arqueología.

**Palabras clave:** Musealización. Musealización de la Arqueología. Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. Colección Arqueológica.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Levantamento do estado da arte em repositórios .....	13
<b>Quadro 2</b> - Equipe fundadora do museu .....	23
<b>Quadro 3</b> - Equipe atual do MARS .....	25
<b>Quadro 4</b> - Relação dos sítios arqueológicos que compõem a coleção Alto Uruguai .....	33
<b>Quadro 5</b> - Listagem dos documentos relacionados ao acervo da coleção Alto Uruguai .....	36
<b>Quadro 6</b> - Comparativo entre os levantamentos da Coleção Alto Uruguai .....	43
<b>Quadro 7</b> - Processo de musealização do acervo 1979 - 2023.....	47
<b>Quadro 8</b> - Musealização: possibilidades metodológicas na contemporaneidade....	51

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Mapa com o trajeto das sedes que o Museu ocupou a partir de 1984.	20
<b>Figura 2</b>	Distância entre as sedes do museu atualmente.....	21
<b>Figura 3</b>	Organograma áreas setoriais do Museu.....	24
<b>Figura 4</b>	Organograma atual do MARS.....	26
<b>Figura 5</b>	Biblioteca João José Planella.....	27
<b>Figura 6</b>	Reserva Técnica 1 Etnográfica.....	28
<b>Figura 7</b>	Sala que abriga o acervo do IGTF.....	29
<b>Figura 8</b>	Fragmentos cerâmicos pintados do sítio UUU-07.....	30
<b>Figura 9</b>	Reserva Técnica 2 Arqueológica.....	30
<b>Figura 10</b>	Mapa dos sítios escavados por La Salvia.....	33
<b>Figura 11</b>	Soma errada na ficha de percentual cerâmico do 202.....	39
<b>Figura 12</b>	Processo de contagem dos fragmentos.....	41
<b>Figura 13</b>	Fragmentos com numeração ilegível.....	41
<b>Figura 14</b>	Fragmentos com numeração ilegível.....	41
<b>Figura 15</b>	Fragmento ósseo em processo de deterioração.....	42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**DAC/SEC** - Departamento de Atividades Culturais da Secretaria Estadual de Educação e Cultura

**FIGTF** - Fundação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore

**IGP** - Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos

**IPHAN** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MARS** - Museu Antropológico do Rio Grande do Sul

**PSAU** - Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai – PSAU

**SEC/RS** - Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul

**SEDAC/RS** - Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul

**UCS** - Universidade de Caxias do Sul

**UUU** - Sigla para os sítios do Alto Uruguai que vão desde o UUU-01 ao UUU-29

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>ESCAVANDO MEMÓRIAS: UMA INVESTIGAÇÃO NAS LACUNAS DA PRIMEIRA COLEÇÃO DO MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>A instituição .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>A coleção .....</b>	<b>31</b>
<b>3</b>	<b>ENTRE O PASSADO E O FUTURO: A MUSEALIZAÇÃO TARDIA DE ACERVOS ARQUEOLÓGICOS .....</b>	<b>45</b>
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>
	<b>APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE PEÇAS DA COLEÇÃO EM 2023.....</b>	<b>62</b>
	<b>ANEXO A - LEVANTAMENTO DA COLEÇÃO REALIZADO EM 2001 .....</b>	<b>64</b>
	<b>ANEXO B — LEVANTAMENTO DA COLEÇÃO A PARTIR DAS FICHAS CATALOGRÁFICAS DE 2002.....</b>	<b>66</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A motivação desta pesquisa surgiu em decorrência do meu interesse em Arqueologia, principalmente despertado durante minha experiência como estagiária no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS), instituição estadual pertencente à Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (SEDAC/RS), na qual desenvolvi atividades principalmente na área de documentação e conservação preventiva dos acervos, sobretudo, trabalhando diretamente com o acervo arqueológico da instituição. Através desta vivência foi possível compreender as singularidades de um acervo arqueológico considerando a atual fragilidade deste acervo em questão, partindo dos desafios inerentes ao acesso e recuperação das informações relacionadas aos objetos, uma vez que a documentação foi encontrada dissociada em diferentes salas e locais que o Museu ocupa, evidenciando as lacunas de informações. Outros fatores que devem ser levantados são a falta de uma sede própria do Museu e o corpo funcional reduzido, atualmente contando ao todo com quatro servidores (uma está em licença) e duas estagiárias.

O acervo do Museu é composto de bens etnológicos e arqueológicos, das mais variadas tipologias materiais, e foram adquiridos através de pesquisas, doações e transferências. A instituição também guarda objetos da extinta Fundação do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) desde o ano de 2017, mas que ainda não foram integrados ao acervo do Museu. A primeira coleção a ser incorporada à instituição foi produto de pesquisa e escavações conduzidas pelo então diretor do Museu, o arqueólogo Fernando La Salvia, mas nunca foi apropriado um nome a ela, sendo comumente chamada de “coleção Alto Uruguai”. As coletas dos objetos arqueológicos se dividiram em quatro anos: 1978, 1979, 1984 e 1985 e foram recolhidas de três municípios de Santa Catarina e dois do Rio Grande do Sul.

A breve contextualização serve de embasamento para compreender o **problema de pesquisa**: Como musealizar uma coleção arqueológica? quais particularidades qualificam esse processo? No caso do MARS, quais implicações envolvem musealizar uma coleção que está sob salvaguarda da instituição desde sua criação, mas dissociada e pouco articulada com a missão do Museu?

Para responder estas perguntas definiu-se como **objetivo geral** da pesquisa: Investigar a possibilidade de musealizar uma coleção arqueológica dissociada, analisando os desafios associados a esse processo a partir das implicações

específicas da primeira coleção do MARS. E elencados os seguintes **objetivos específicos**:

- a) Identificar as particularidades desta coleção arqueológica do MARS, como sua composição, relevância e documentação;
- b) Analisar os desafios e implicações de musealizar uma coleção que está sob a salvaguarda da instituição desde sua origem (e que não teve tratamentos);
- c) Contribuir para a compreensão do processo de musealização de coleções arqueológicas e sua importância no contexto contemporâneo do MARS.

Para dar embasamento e justificar esta pesquisa acadêmica, realizou-se um levantamento do estado da arte partindo das palavras-chave: acervo arqueológico; documentação arqueológica; musealização da arqueologia; e gestão de acervos arqueológicos. Foram utilizados os bancos de dados Google Acadêmico, Guaiaca e Periódico CAPES para fazer o levantamento de trabalhos acadêmicos (Quadro 1).

**Quadro 1- Levantamento do estado da arte em repositórios**

<b>Base de dados</b>	<b>Acervo arqueológico</b>	<b>Documentação arqueológica</b>	<b>Musealização da arqueologia</b>	<b>Gestão de acervos arqueológicos</b>
<b>Google Acadêmico</b>	1900 resultados	709 resultados	504 resultados	75 resultados
<b>Periódicos CAPES</b>	66 resultados	12 resultados	43 resultados	6 resultados
<b>Guaiaca</b>	43 resultados	11 resultados	21 resultados	7 resultados

Fonte: da autora, 2023.

Conforme o quadro acima é possível observar a relação entre a quantidade de trabalhos encontrados em sua totalidade nos repositórios e bancos de dados pesquisados e suas palavras-chave. A partir do resultado selecionei produções de cada conceito pesquisado que dialogam com o tema e objetivos desta pesquisa.

Para compreender as especificidades de uma coleção arqueológica se fez necessária a pesquisa de trabalhos que abordam os acervos arqueológicos e como é realizada a sua gestão em instituições de guarda, para isso selecionei quatro pesquisas nesta temática, conforme elenco abaixo.

O artigo *“A formação da coleção arqueológica do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e as práticas de gestão implementadas”* da arqueóloga Fernanda Tocchetto (2020) apresenta a trajetória de formação da coleção arqueológica do Museu de Porto Alegre e seus mecanismos de gestão do patrimônio, principalmente a partir do ano de 2013, em que houve direcionamento do trabalho no museu para as práticas de salvaguarda. Aqui, destaca-se a elaboração de um manual de conservação preventiva e de um protocolo de ingresso de acervos arqueológicos desenvolvido pelo museu juntamente à equipe do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA/UFPel).

O artigo *“Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA”* de Mara Lúcia Carrett de Vasconcelos e Tainã Moura Alcântara (2017) discute através de um estudo de caso do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia a gestão de acervos arqueológicos através da implementação de um projeto de requalificação, se assemelhando ao caso do MARS em que o acervo encontra-se em local inadequado e com trocas constantes dos locais que abrigam a reserva técnica, caracterizando uma instituição inapta a receber novos acervos.

A dissertação *“Reflexões sobre gestão arqueológica e museológica da cultura material: o sítio guarani PS- 03 Totó (Pelotas, RS) e seus vestígios”* de Rafaela Nunes Ramos (2013) aborda os processos metodológicos de gestão de acervo arqueológico aplicados ao material proveniente do sítio PS- 03 Totó desde sua coleta até seu processo curatorial no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (LEPAARQ/UFPel).

No artigo *“Acervos arqueológicos: relevâncias, problemas e desafios desde sempre e para sempre”*, Cristina Bruno (2020) expõe desafios e problematizações referentes aos acervos arqueológicos, evidenciando sua longevidade e seus impactos em sua salvaguarda, necessitando ressignificações contemporâneas e destacando o papel da musealização neste processo.

A documentação arqueológica é um processo essencial na musealização dessa tipologia de acervo, que se inicia desde a coleta em campo e possui legislação própria formulada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A partir dessas particularidades, selecionei dois trabalhos que discutem esse tópico:

A dissertação *“Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)”* de Ana

Paula Leal (2014) aborda a relação entre arqueologia, museologia e conservação e a importância da documentação na musealização dos acervos arqueológicos, destacando como é feita a documentação arqueológica e museológica nas instituições de guarda.

O artigo *“A Torre de Babel da documentação de acervos arqueológicos: uma proposta de gestão ampla em meio a inventários e catálogos diversos”* de Letícia Romualdo da Silva e Mario Alves Polo (2023) apresenta uma discussão sobre a documentação museológica de acervos arqueológicos, destacando a falta de padronização nos procedimentos utilizados pelas instituições de guarda. Os autores apresentam um protocolo de catalogação para essa tipologia de acervo, em busca de uma gestão integrada dos acervos.

A musealização da arqueologia é a discussão principal que levanto nesta pesquisa, para compreender este processo e entender como está sendo realizado nas instituições selecionei três trabalhos:

A tese de doutorado *“Musealização da Arqueologia e Conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial”*, de Grasiela Tebaldi (2017), busca compreender a relação entre museologia, arqueologia e conservação na produção acadêmica e nas experiências dentro da UFPel, entendendo que essas áreas precisam estar equilibradas para que o patrimônio arqueológico seja preservado através da musealização.

O artigo *“A “Estratigrafia do abandono”: o caso do museu da cidade do Rio Grande - MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil”* de Matheus Pereira da Costa e Diego Lemos Ribeiro (2020) levanta uma discussão dos objetos arqueológicos pré-coloniais que se encontram em instituições de guarda descontextualizados e desarticulados, problematizando se objetos que estão em museus e nunca passaram pelos processos de musealização, podem ser considerados patrimônios musealizados.

O artigo *“Musealização da Arqueologia: percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro”* de Camila Wichers, Diego Lemos Ribeiro e Cristina Bruno (2023) propõe um levantamento da musealização da arqueologia nas últimas três décadas, apontando algumas perspectivas futuras em relação a esta linha de pesquisa.

Foi realizado um levantamento de trabalhos relacionados ao Museu, contudo, dentre os poucos resultados obtidos, nenhum estava vinculado com os seus acervos.

Portanto, esta pesquisa também possui relevância para a própria instituição, porque mediante a reflexão gerada de musealização através da coleta dos dados baseada no levantamento da documentação e seu acervo, contribuirá para o fortalecimento, compreensão e valorização desta coleção do museu, com a potencialidade de estender a discussão sobre o processo de musealização deste acervo.

Além do mapeamento do estado da arte, definiu-se os conceitos norteadores da pesquisa, que auxiliaram a fundamentação teórica da análise proposta: Musealização, Estratigrafia do Abandono e Documentação Museológica. Pretendo compreender além do tecido conceitual que fundamenta o tema, discutindo as intersecções e aproximações entre as áreas da Museologia e Arqueologia.

Para esta pesquisa vou utilizar o conceito de *musealização* apropriado pelo museólogo tcheco Zbynek Zbyslav Stránský, que entende como o objeto da museologia o processo de musealização, amparado nos componentes: seleção, tesauroização e comunicação museológica, entendendo este movimento como algo dinâmico e que se transforma ao longo do tempo (Brulon, 2017). Utilizarei também os teóricos Desvallées e Mairesse (2013) para explicar as tarefas museológicas auxiliares da musealização.

No Brasil o conceito de *musealização da arqueologia* ganhou destaque com o pioneirismo dos trabalhos de Cristina Bruno (1999) que busca discutir e aplicar a cadeia operatória da musealização na realidade arqueológica. Em 2006 foi criada a linha de pesquisa “musealização da arqueologia” no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, posteriormente se tornou um Grupo de Pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa Científica/CNPq (Bruno, 2021).

Bruno (1999; 2005) também apresenta o conceito de *estratigrafia do abandono*, uma analogia a partir das camadas de sedimento que se acumulam ao longo do tempo no solo para exemplificar o abandono das fontes arqueológicas, e no caso das instituições brasileiras, o esquecimento dos acervos em suas reservas técnicas, como acontece no MARS, um acervo arqueológico isolado e desarticulado do restante do acervo, com poucas informações intrínsecas a estes objetos.

Para compreender o papel da documentação museológica destaco a autora Helena Dodd Ferrez (1994), que potencializa o papel da documentação no campo museológico, como sendo uma atividade crucial para a valorização, pesquisa e disseminação da informação presente no acervo de um museu. Para compreender os

instrumentos de documentação museológica e ter fundamentação para analisar a documentação do acervo do MARS, abordarei os componentes essenciais da documentação museológica que a autora também discute, enfatizando a responsabilidade do papel que os profissionais assumem e a importância de padrões para registros, classificação e descrição dos objetos e uma catalogação detalhada dos mesmos. Desde a criação do museu, diferentes servidores assumiram a responsabilidade de cuidar dos acervos, aplicando técnicas diferentes de documentação resultando em inconsistência e falta de padronização, muitas vezes sem uma metodologia alinhada à documentação museológica, o que ocasionou a dissociação de informações dos objetos, principalmente do acervo arqueológico que é constituído em sua maioria de fragmentos.

Esta é uma pesquisa descritiva quanto aos seus objetivos e de natureza básica que busca através de uma metodologia quanti-qualitativa analisar através de um estudo de caso a documentação da primeira coleção arqueológica do MARS e propor uma reflexão dos desafios e particularidades de musealização deste acervo que apresenta lacunas e está presente na instituição há 45 anos. A coleta de dados foi realizada por meio de análise de toda a documentação direta referente à coleção Alto Uruguai, foram identificadas as tipologias documentais encontradas e suas respectivas lacunas na informação e também em fontes bibliográficas e das leis relacionadas a objetos arqueológicos, consideradas bem da união que possuem regulamentação própria criada pelo IPHAN. Para compreender o contexto atual deste acervo, executei um levantamento de todos os itens que compõem a coleção, esta quantificação foi comparada a outros dois levantamentos, um realizado em 2001 por uma funcionária do Museu e o outro a partir das informações contidas nas fichas catalográficas da coleção preenchidas em 2002. Foi utilizada a análise de conteúdo para interpretar os dados obtidos, possibilitando compreender os processos e práticas de documentação e seu impacto na instituição.

A pesquisa apresentada é de curto fôlego, pois se enquadra na modalidade de monografia de Trabalho de Conclusão de Curso. Portanto, não se pretende esgotar o assunto, ao contrário, ela é um desdobramento de muitas inquietações vivenciadas a partir do estágio que realizei no MARS, tornando-se uma possibilidade de primeira incursão reflexiva sobre a articulação Museologia-Arqueologia, com enfoque em musealização e gestão de acervo. O desenvolvimento deste trabalho foi organizado em quatro capítulos, no segundo é abordado o contexto de criação do Museu

Antropológico do Rio Grande do Sul, em paralelo com a situação atual da instituição. Também é apresentado neste capítulo a contextualização e análise dos documentos encontrados referentes ao objeto de pesquisa: a coleção Alto Uruguai. No terceiro capítulo levanto uma reflexão sobre a musealização tardia deste acervo e como é possível fazê-la perante as lacunas em suas informações. Por último, apresento as minhas considerações finais a respeito das discussões suscitadas nesta pesquisa.

## **2 ESCAVANDO MEMÓRIAS: uma investigação nas lacunas da primeira coleção do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**

A premissa deste capítulo está centrada na compreensão do contexto de criação do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e de todo o seu percurso institucional até o presente, a fim de possibilitar o entendimento da incorporação da coleção ao acervo do Museu. Através desse quadro geral, é apresentada uma investigação através das fontes documentais armazenadas na instituição e a identificação de suas lacunas, a fim de viabilizar a discussão de sua musealização.

Logo, o capítulo está dividido em duas partes, primeiramente apresento um panorama institucional, desde a criação do Museu até a situação contemporânea. Na segunda seção contextualizo a coleção Alto Uruguai e elaboro a partir de uma análise documental um diagnóstico da situação deste material desde sua aquisição.

### **2.1 A instituição**

O entendimento do objeto de estudo desta pesquisa envolve explorar a contextualização de sua instituição de guarda, sendo assim, o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul (MARS) foi criado em 20 de abril de 1978 a partir da promulgação do decreto nº 26.932 e está localizado na cidade de Porto Alegre, sendo uma instituição de esfera pública pertencente à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC/RS), aberta ao público, que promove a pesquisa e preservação da memória e cultura do Estado. Importante ressaltar que apesar do Museu ter completado 45 anos de existência, o mesmo ainda não possui uma sede própria. Houve tentativas de resolver este obstáculo, a iniciativa mais perto de se concretizar foi no ano de 2000 quando uma casa na avenida João Pessoa, nº 1078<sup>1</sup> foi destinada como sede do Museu, contudo, o projeto de anexo realizado pelos arquitetos foi indeferido pela Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural (EPAHC), em 2005 a casa retornou para o patrimônio do Estado.

---

<sup>1</sup> Houve no terreno em que a casa estava localizada uma escavação arqueológica, em que foram recolhidos materiais que estão armazenados na instituição.

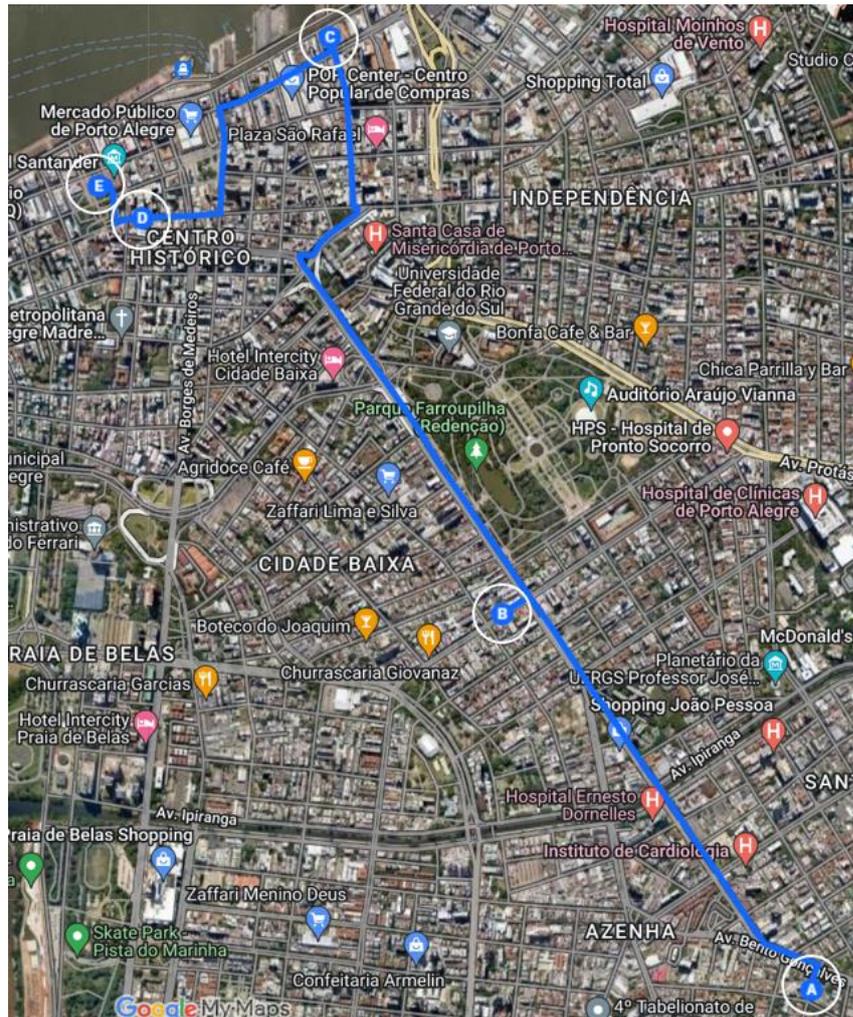
Desde sua criação, a instituição ocupou ao total seis locais diferentes (Figura 1), inicialmente esteve instalada no Departamento de Atividades Culturais da então Secretaria Estadual de Educação e Cultura (DAC/SEC)<sup>2</sup>;

- a) Em 1978 transferiu-se para uma casa alugada na Rua Guilherme Schell nº 60;
- b) Em 1984 mudou-se para a Avenida Venâncio Aires nº 278;
- c) Em 1993 o Museu recebeu uma ordem de despejo levando a ocupar o antigo prédio da DAC/SEC na Carlos Chagas nº 55;
- d) Em 1996 a sede provisória foi transferida para o Edifício Santa Cruz, um prédio comercial na Rua dos Andradas nº 1234, Centro Histórico de Porto Alegre;
- e) Em 2015 o setor administrativo se instalou em uma sala cedida no prédio do Memorial do Rio Grande do Sul localizado na Praça da Alfândega, R. Sete de Setembro, 1020 - Centro Histórico, enquanto as duas reservas técnicas e a biblioteca João José Planella continuaram em três salas alugadas do Edifício Santa Cruz (Rio Grande do Sul, 2021).

---

<sup>2</sup> Não foram encontrados registros do endereço exato da primeira sede do Museu.

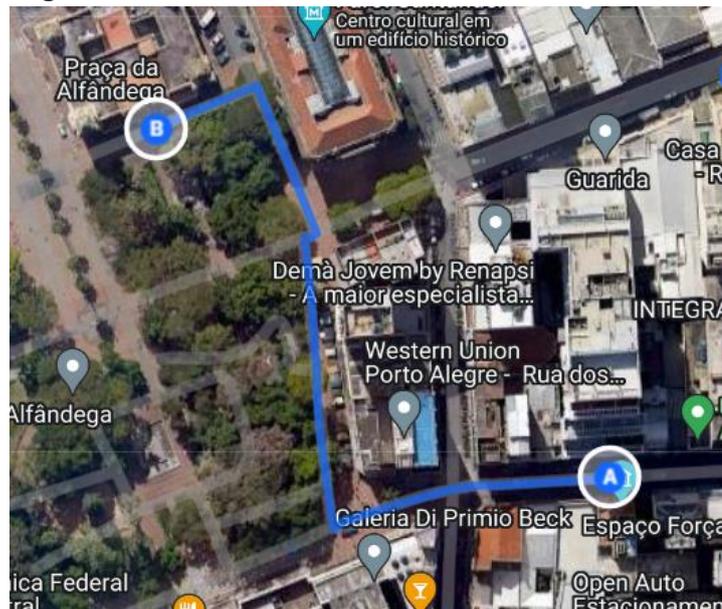
Figura 1 - Mapa com o trajeto das sedes que o Museu ocupou a partir de 1984



Fonte: Trajeto elaborado através do Google Maps pela autora, 2023.

A história do Museu contém muitos hiatos e dificuldades que ocorrem desde sua criação, além das trocas constantes de direção, as sedes provisórias caracterizaram um problema sério ao longo dos anos, inclusive de risco para a integridade do acervo sob sua responsabilidade. A última mudança (no ano de 2015) acarretou um novo obstáculo para o Museu, a sede administrativa foi transferida para o Memorial do Rio Grande do Sul e consequentemente os eventos e exposições começaram a ser realizadas em salas cedidas neste prédio, enquanto as reservas técnicas continuaram localizadas em três salas no décimo andar de um prédio comercial na Rua dos Andradas onde não há via para carros, então o deslocamento dos acervos é feito por carrinho de carga, totalizando aproximadamente 270 metros a pé (Figura 2).

**Figura 2 - Distância entre as sedes do museu atualmente**



Fonte: Trajeto elaborado através do Google Maps pela autora, 2023.

Em 1977, Joaquim Paulo de Almeida Amorim, na época diretor do departamento de assuntos culturais da SEC/RS, determinou a criação de uma equipe (Quadro 2) para organizar o projeto de implantação do Museu. Inicialmente a equipe foi formada pelo professor e historiador Moacir Flores<sup>3</sup>, pela antropóloga Ione Medeiros e pela professora Ana Maria Cabral<sup>4</sup>, posteriormente os técnicos Alexis Acauan Borloz, Lia Fernandes Sisson, Vanessa Dutra de Barcelos e o arqueólogo Fernando La Salvia<sup>5</sup> foram incorporados ao corpo funcional.

No fundo documental da instituição foram encontrados três documentos referentes à criação do Museu, contendo: a) um relatório de implantação com as atividades realizadas pela equipe entre os meses de agosto e dezembro de 1977 para a criação do MARS, b) um relatório detalhado das atividades executadas pela equipe entre 2 de janeiro e 30 de abril de 1978 que antecederam a criação do Museu, incluindo organogramas, mapas, fichas de cadastro de sítio, a primeira coleta na região do alto Uruguai de fragmentos cerâmicos e líticos, e c) o primeiro regimento da instituição datado de março de 1978, o documento possui inclusive um organograma para cada modelo de aquisição das etapas que o objeto perpassa ao entrar no acervo.

<sup>3</sup> Foi o primeiro diretor do Museu, permanecendo na posição de 1978 até 1979.

<sup>4</sup> Coordenadora técnica da equipe.

<sup>5</sup> A partir da inclusão do arqueólogo à equipe, o setor de pesquisa do museu foi definido.

**Quadro 2 - Equipe fundadora do museu**

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>
Moacir Flores	Professor e historiador
Ione Medeiros	Antropóloga e historiadora
Ana Maria Cabral	Professora
Fernando La Salvia	Professor e arqueólogo
Alexis Acauan Borloz	Professor e antropólogo
Lia Fernandes Sisson	Sem registro
Vanessa Dutra de Barcelos	Sem registro

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Importante reconhecer o contexto político de ditadura militar no qual o Brasil se encontrava no ano de criação do MARS, nesta época houve uma certa flexibilização do regime, contudo, a repressão e a censura ainda perduravam. Não foram localizados trabalhos especificamente do Museu e a relação com o contexto, mas destaque para compreender o efeito dessa conjuntura política nos museus do Estado a pesquisa de Andrea Reis (2013) que utiliza o Museu Júlio de Castilhos, instituição de Porto Alegre também pertencente a SEDAC/RS, como estudo de caso dentro da ótica de contexto ditatorial, e observa que entre os anos de 1974 e 1980

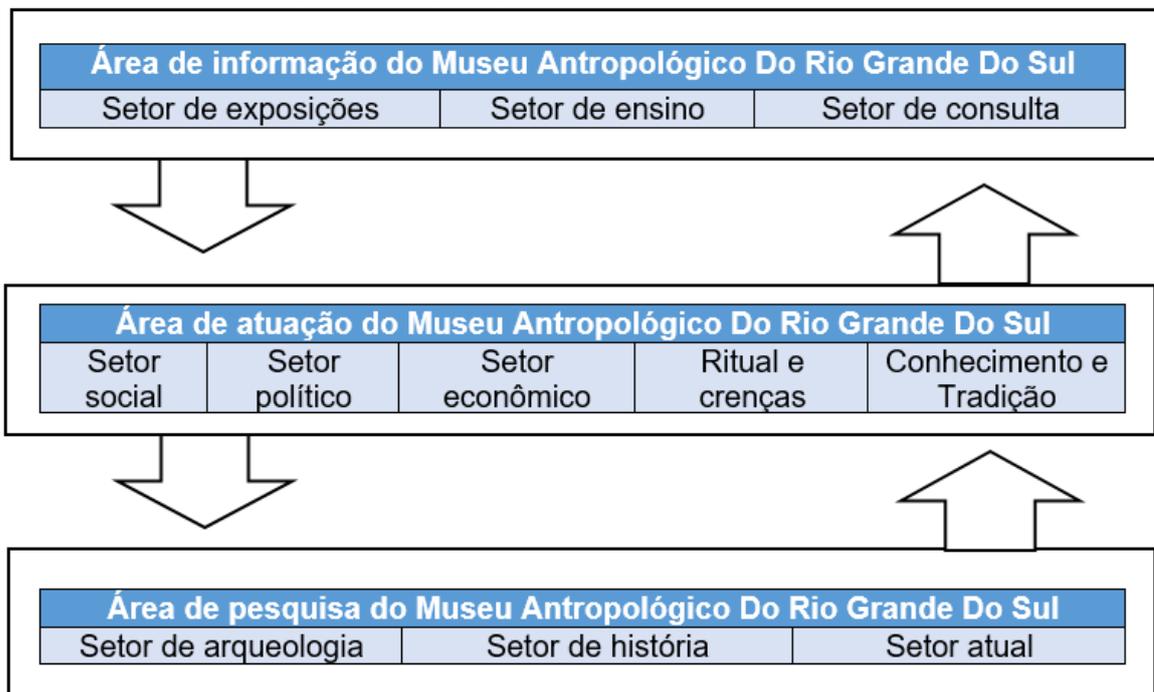
Os acervos não eram mais objetos destinados às grandes narrativas, mas patrimônios disponíveis ao consumo das “massas”. Os objetos enquanto construções histórico-culturais foram qualificados para atendimento das demandas tecnocráticas e modernizadoras de um “país que vai para frente”. (Silveira, 2013, p.85)

O Museu tinha como objetivo ser um centro dinâmico de pesquisa e transmissor de informações e conhecimentos dos grupos humanos, justificando sua criação através da existência de uma lacuna do estudo antropológico no Estado com o intuito de preparar os jovens para o futuro. A esquematização funcional da instituição foi dividida em três grandes áreas: atuação, informação e pesquisa que se relacionavam entre si conforme mostrado no organograma (Figura 3). Segundo o documento de implantação, a área de **informação** estava diretamente relacionada ao contato com o público, portanto abrange as exposições, ensinamentos (através de cursos de informação e predominantemente de formação para gerar mão de obra para o MARS) e um setor de consulta em materiais bibliográficos e de pesquisas realizadas na instituição. A área de atuação abarca os setores de pesquisa: social, político, econômico, ritual e crenças e conhecimento e tradição. A área de pesquisa engloba os setores de

arqueologia, história (fatos históricos, origem, causa e desenvolvimento) e atual (estudo da cultura “hoje”).

A divisão entre as áreas de atuação e pesquisa é confusa ao passo que os elementos de cada área têm como principal objetivo serem pesquisados e as descrições são vagas, contudo, a **atuação** compreende todos os elementos que irão compor os setores a serem pesquisados pelo museu - basicamente suas linhas de pesquisa – estes seriam estudados e pesquisados para formar um quadro completo de evolução e comportamento do homem, como informa o documento. Já a área de **pesquisa** tinha enfoque em primeiramente reunir o que já foi produzido nos setores de arqueologia, história e atual, para fornecer material ao setor de consulta e posteriormente contribuir com outras instituições em pesquisas. Um ponto importante a ressaltar é que em nenhum momento é mencionada a pesquisa do próprio acervo do Museu, chamo atenção também ao fato de existir um setor de arqueologia, mas não um específico da antropologia.

Figura 3 - Organograma áreas setoriais do Museu



Fonte: Reprodução de documento oficial elaborado pela autora, 2023.

Em 45 anos de existência do MARS houve 28 mudanças no cargo de sua direção, essa inconsistência é um fator a se considerar como um indicador de instabilidade nas atividades da instituição, afetando a possibilidade de um trabalho coeso e contínuo. Atualmente a equipe do Museu (Quadro 3) conta com uma

configuração enxuta: uma diretora que está à frente também do Memorial do Rio Grande do Sul, três servidores ativos, uma servidora em licença e três vagas de estágio<sup>6</sup>. Saliento que ao longo do ano de 2023 houve a saída de dois servidores do quadro funcional, um técnico em assuntos culturais e um técnico administrativo. A ausência de um profissional dedicado às funções administrativas impacta diretamente no fluxo de trabalho dos demais servidores, pois precisam desviar de suas funções para atender estas atividades relacionadas ao administrativo.

**Quadro 3 - Equipe atual do MARS**

<b>NOME</b>	<b>FORMAÇÃO</b>	<b>OCUPAÇÃO</b>
Sylvia Bojunga	Comunicação Social	Diretora
Maria Helena Sant'ana	Antropóloga	Técnica em assuntos culturais
Carla Souza de Camargo	Antropóloga	Técnica em assuntos culturais
Felipe Benites Tramasoli	Arqueólogo	Técnico em assuntos culturais
Rossana Prado	Cientista Social	Técnica em assuntos culturais
Marina Costa Stringhini	Aluna das Ciências Sociais	Estagiária
Djenifer Bencke da Silva	Aluna das Ciências Sociais	Estagiária

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Em 2022 a equipe da instituição elaborou um Plano Museológico, segundo este documento oficial a missão do MARS é

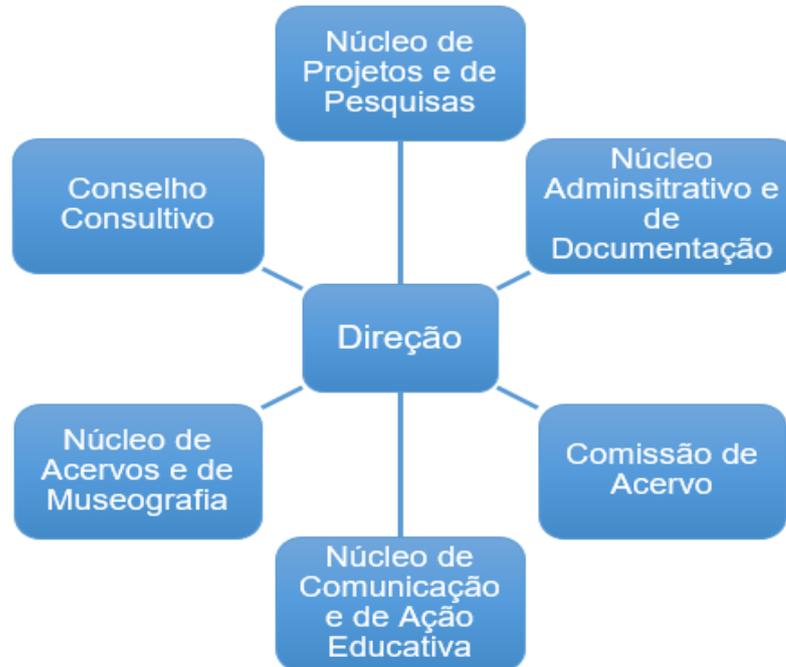
Produzir, sistematizar, apoiar e divulgar conhecimento antropológico acerca da formação social e da diversidade cultural no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, assim como salvaguardar os bens culturais e suportes etnográficos relacionados a este campo de saber e às memórias coletivas que os sustentam, por meio de ações de pesquisa, comunicação, educação e acervo. (Rio Grande do Sul, 2021, p. 20-21).

Conforme regimento interno vigente, a organização institucional (Figura 4) é formada por quatro núcleos (projetos e pesquisas, administrativo e documentação, acervos e museografia e comunicação e ação educativa), um conselho consultivo e uma comissão de acervo, todos estes respondem diretamente à direção, entretanto, até o momento os setores não possuem definição de equipes e responsáveis. Apesar do Museu dispor de uma comissão de acervo desde 2012, as reuniões são esporádicas e conseqüentemente isso atrapalha qualquer potencialidade de

<sup>6</sup> Até o momento de escrita deste trabalho a terceira vaga de estágio não foi preenchida.

continuidade dos trabalhos, como por exemplo a elaboração de um plano de aquisição e descarte para a instituição, algo urgente devido à falta de critérios para a gestão dos acervos.

**Figura 4 – Organograma atual do MARS**



Fonte: Reprodução de organograma do site do Museu elaborado pela autora, 2023.

Os projetos de pesquisa desenvolvidos em 2023 se concentraram em *Ancestralidades do Sagrado e Memórias: Festa de Oxuns*, que “[...] visa aos registros etnográficos das narrativas, memórias e imagens/documentos guardados pelos praticantes das Festas de Oxuns na Costa Doce do Rio Grande do Sul” (Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, 2023). A *Rede de Memórias Batuques do Sul*

[...] visa a produção de uma cartografia das famílias de santo tais como se organizaram genealogicamente, registrando a ancestralidade das famílias do Rio Grande do Sul, e a realização de um curso, em sua primeira edição “Raízes”, com lideranças guardiãs de memórias das casas raiz e da genealogia no estado. (Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, 2023)

Em outubro de 2023 foi assinado o Termo de Cooperação Técnica entre o Museu, a Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) para dar andamento ao projeto *Mestres Artesãos*.

O MARS não dispõe de uma exposição de longa duração, mas citarei aqui duas exposições temporárias que ocorreram entre 2021 e 2022: *Palmares não é só um, são milhares: 50 anos do 20 de Novembro* realizada no período de 2021 a 2022, abordou a luta e debates travados pelo movimento negro no Estado desde o momento de pós-abolição, derivando o *Ciclo Itinerante Palmares Vive!*, uma releitura da exposição que irá perpassar vários quilombos do Rio Grande do Sul. E a exposição *No Âmago da Transgressão: Histórias Trans no Rio Grande do Sul* ocorrida em 2022, buscou apresentar a história trans de Porto Alegre através de coletivos, fotos, documentos e reportagens.

Além dos acervos museológicos, há também um acervo bibliográfico pertencente a biblioteca do Museu, João José Planella (Figura 5), criada em 1983 e registrada na categoria especializada, abarcando mais de 2000 volumes com obras de Antropologia, Arqueologia, História, Literatura e Sociologia (Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, 2023). No entanto, não existe um bibliotecário responsável e por muitos anos a biblioteca esteve completamente desarticulada e abandonada, somente no final de 2023 os servidores se organizaram para iniciar um levantamento dos livros e desenvolver a sua reestruturação. No ano de 2023, os funcionários executaram um levantamento dos documentos institucionais e planejam a digitalização deste acervo de memória institucional.

**Figura 5 – Biblioteca João José Planella**



Fonte: Fotografia da autora, 2024.

Os acervos museológicos estão divididos em etnográfico e arqueológico, o etnográfico foi constituído majoritariamente através de doações e projetos de

pesquisas, os objetos que o compõe são de variados suportes: fotografias, peças de artesanato, indumentárias, esculturas religiosas, entre outros. A partir da minha experiência de estágio e pesquisa no local, constatei que nunca houve um inventário<sup>7</sup> total de peças deste acervo, apesar de ter sido realizado um em 2000, foram apenas contabilizadas as peças registradas no livro tomo, totalizando 1953 itens, porém no cenário atual a quantidade é muito superior a isso, visto que o registro no livro tomo foi paralisado no ano de 1999 e desde então muitos outros objetos foram incorporados à coleção, a exemplo da transferência de um grande volume de objetos indígenas feita pelo Museu de Ciência e Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS em 2014. O volume da coleção etnográfica é tão grande que está ocupando além da reserva técnica 1 (Figura 6), espaços da biblioteca e da reserva técnica 2.

**Figura 6 - Reserva Técnica 1 Etnográfica**



Fonte: Fotografia da autora, 2023.

Em 2017 foi transferido ao MARS, em consequência da extinção da FIGTF,

- a) 2.440 monografias de conclusão do Curso de Especialização em Folclore da Faculdade de Música Palestrina (FAMUPA);
- b) 48 pastas de pesquisas folclóricas, coleção de DVDs, fitas VHS, rolos de fita e fitas K-7;

<sup>7</sup> Em 2023 iniciei o inventário total do acervo etnográfico, infelizmente não consegui finalizar antes da minha saída da instituição, mas está sendo continuado por outra estagiária.

- c) 30 pastas referentes às ações da FIGTF;
- d) Objetos variados: indumentária, troféus, peças de artesanato etc. (Rio Grande do Sul, 2021).

Este material se encontra em uma sala do Memorial do Rio Grande do Sul (Figura 7), dividindo o espaço com um depósito de mobiliários expográficos e ainda não foi oficialmente incorporado ao acervo museológico da instituição, existem debates se ele deve ser absorvido pelo acervo etnográfico ou manter a sua função institucional, como um acervo à parte: “coleção FIGTF”.

**Figura 7 - Sala que abriga o acervo do IGTF**



Fonte: Rossana Prado, 2023

O acervo arqueológico também não possui um número exato de itens, a informação no plano museológico (2021) é de um total de 22.886 peças, isso sem considerar o material proveniente da reforma do Theatro São Pedro. Os materiais entraram no museu de diversas formas: escavações realizadas pela equipe, doações e através de pesquisa de licenciamento ambiental. Os fragmentos cerâmicos pré-coloniais (Figura 8) são predominantes no acervo, mas também é constituído de líticos, material ósseo, louças, vidros, couro etc. Em 2008 houve a saída do arqueólogo responsável pela reserva técnica, ocasionando a interrupção dos trabalhos com as coleções arqueológicas e suas respectivas análises de materiais por 14 anos, a situação de abandono que o acervo enfrentou e de instalações inadequadas levaram o IPHAN a declarar a instituição inapta a receber materiais arqueológicos. No segundo semestre de 2022 o arqueólogo Felipe Tramasoli tornou-

se membro da equipe e deu início a um projeto de requalificação da reserva técnica arqueológica (Figura 9), com o intuito de tornar o Museu apto novamente como Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (IGP).

**Figura 8 – Fragmentos cerâmicos pintados do sítio UUU-07**



Fonte: Fotografia da autora, 2024.

**Figura 9 - Reserva técnica 2 Arqueológica**



Fonte: Fotografia da autora, 2024.

Depois de mais de uma década sem trabalhos direcionados para a pesquisa e conservação preventiva do acervo, atualmente, a reserva técnica da arqueologia se encontra em processo de readequação do espaço, assim como seus materiais que também estão sendo reacondicionados e inventariados. Todos os materiais da coleção Alto Uruguai que estavam em condições precárias de acondicionamento e

armazenamento estão sendo realocados em caixas de polipropileno forrados na parte de dentro com plástico bolha para evitar a quebra do material por contato ou atrito direto.

## 2.2 A coleção

No segundo ano de existência da instituição, o arqueólogo e professor Fernando La Salvia assumiu a direção do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, de acordo com Carle (2021), o arqueólogo era um pesquisador reservado e que não escrevia muito, mas contagiava a todos com seu entusiasmo pelo campo. Sua caminhada na Arqueologia vem desde o fim dos anos 1960, onde atuou na Universidade de Caxias do Sul (UCS) e posteriormente no DAC/SEC pesquisando o território sul-riograndense, mas com enfoque na cidade de Casca. Na década de 1970 ele trabalhou junto ao IPHAN na escavação do Forte de Santa Tecla no município de Bagé, onde parte do acervo está no MARS e outra ficou no museu do município. O pesquisador também “foi pioneiro na investigação de um sítio arqueológico missioneiro, em convênio federal e estadual, escava as ruínas da “redução jesuítico-guarani de São Nicolau”” (Moraes, 2012, p. 165 *apud* Carle, 2021, p.60).

O primeiro acervo incorporado ao Museu foi constituído a partir de materiais arqueológicos<sup>8</sup> provenientes dos povos indígenas pré-coloniais, coletados por La Salvia mediante uma arqueologia de salvamento na área do Alto Uruguai. A arqueologia de salvamento precedeu a arqueologia de contrato, no Brasil essa prática se popularizou por volta da década de 1970 e foi um método que se configurou a partir da coleta superficial de evidências arqueológicas que estivessem em áreas passíveis de obras e outras intervenções (Zanettini e Wichers, 2013).

Desde 1978 La Salvia coordenou grupos de pesquisa para percorrer áreas que seriam alagadas por barragens na região do Alto Uruguai, possivelmente motivado pelo “Projeto Uruguai de Aproveitamento Energético” realizado em 1978 pela Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (ELETROSUL), que

[...] buscou identificar os principais pontos de aproveitamento energético ao longo do rio Uruguai e dos seus formadores, os rios Pelotas e Canoas. Os

<sup>8</sup> Importante salientar que nessa época já existia o Museu de Arqueologia do Rio Grande do Sul (MARSUL), único museu arqueológico estadual do país.

principais pontos identificados foram: UHE Barra Grande (no Rio Canoas), UHE Campos Novos (no Rio Canoas), UHE Machadinho (no Rio Pelotas), UHE Itá (no Rio Uruguai), UHE Foz do Chapecó (no Rio Uruguai), e dezenas de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PChs), em seus afluentes de menor porte. (Costa, 2012, p.17).

No arquivo do Museu não foram encontrados documentos ou relatórios técnicos detalhando o projeto de salvamento no Alto Uruguai coordenado pelo arqueólogo do Museu, apenas as datas de coleta do material abrigado no MARS (1978, 1979, 1980 e 1985), alguns relatórios sucintos de áreas percorridas e de alguns materiais recolhidos. Contudo, segundo a dissertação de Miriam Carbonera (2008), o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e Fernando La Salvia estavam envolvidos como coexecutores na participação do “Projeto Salvamento Arqueológico Uruguai - PSAU”. O projeto, coordenado pela arqueóloga Marilandi Goulart, foi uma demanda exigida pela ELETROSUL que se estendeu entre os anos de 1980 e 1997. As atividades consistiram em prospecção, escavação e coletas de objetos dos sítios arqueológicos que seriam atingidos por inundações em decorrência das construções das barragens ao longo da extensão do Rio Uruguai. A participação do La Salvia no projeto também é corroborada pela publicação “Os ceramistas tupi-guarani” de André Prous e Tânia Lima:

A primeira etapa dos estudos (1985-1989) foi desenvolvida em parceria com Fernando La Salvia, então vinculado à PUCRS, e incluiu alunos de graduação. Este trabalho resultou do projeto de arqueologia por contrato no alto rio Uruguai, coordenado por La Salvia e Guilherme Naue, onde Brochado atuou no Rio Grande do Sul e Santa Catarina (sob a coordenação de Marilandi Goulart, da UFSC). (2009, p.13)

Neste trabalho de Prous e Lima (2009) também é mencionado que o livro<sup>9</sup> de autoria de La Salvia e Brochado, referência nacional na temática de cerâmicas guaranis, foi elaborado a partir dos estudos de laboratório de peças recolhidas dos sítios do Alto Uruguai. Conforme as informações, a participação de La Salvia no PSAU ocorreu nos anos de 1984 e 1985, esse contexto também ajuda a compreender o motivo de quatro datas distintas de coleta dos acervos.

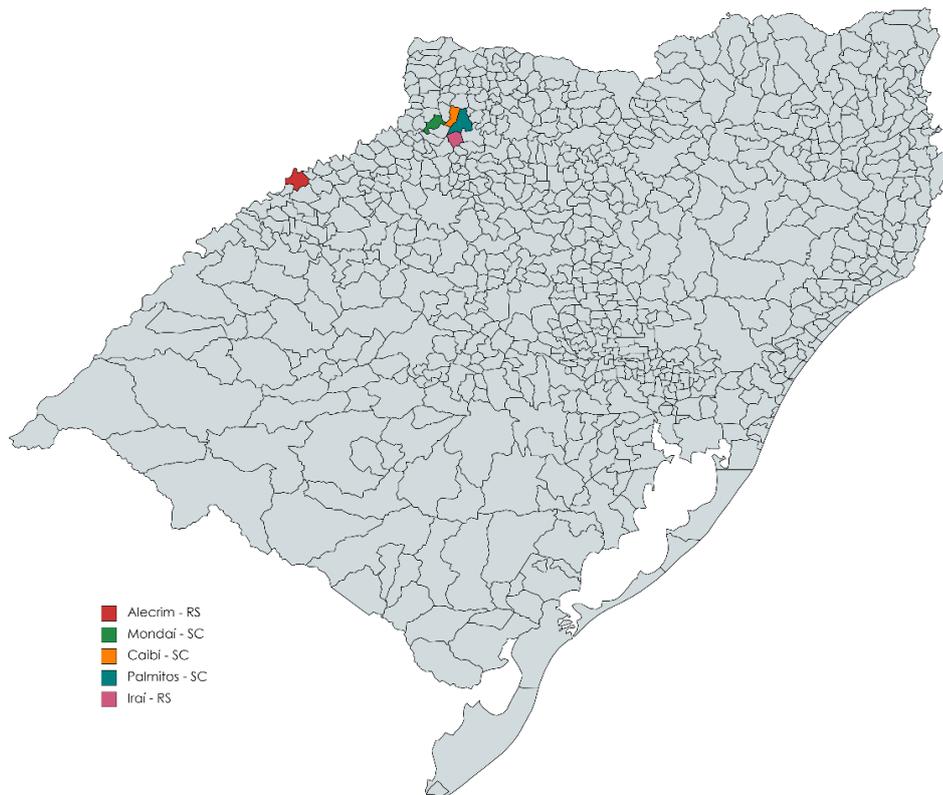
Ao todo foram localizados 29 sítios por Fernando La Salvia, a sigla utilizada para o código identificador do sítio foi **UUU-00**, indo do UUU-01 ao UUU-29 (Quadro 4) e a numeração de catálogo inscrito em cada fragmento foi utilizada a partir do 201

---

<sup>9</sup> LA SALVIA, Fernando; BROCHADO, José P. **Cerâmica Guarani**. 2. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

(em alguns sítios foram registrados mais de dois números de catálogo diferentes, provavelmente indicando que o material foi encontrado em locais diferentes, mas dentro do mesmo sítio). Este acervo foi recolhido em cinco municípios localizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, são eles: Alecrim, Iraí, Caibi, Mondaí e Palmitos (conforme a Figura 10). A tipologia material mais evidente encontrada na coleção é cerâmica, seguida de lítico, um material ósseo e alguns vestígios construtivos.

**Figura 10 - Mapa dos sítios escavados por La Salvia**



Fonte: mapa elaborado através do MapChart pela autora, 2023.

**Quadro 4 – Relação dos sítios arqueológicos que compõem a coleção Alto Uruguai**

CÓDIGO DO SÍTIO	CATÁLOGO	LOCALIDADE	DATA	PROPRIETÁRIO
UUU-01	201	Mondaí - SC	24/03/1978	Eugenio Veit
UUU-02	202	Mondaí - SC	24/03/1978	Elmar Für
UUU-03	203	Mondaí - SC	24/03/1978	Léo Packentorf
UUU-03	204	Mondaí - SC	24/03/1978	Léo Packentorf
UUU-04	205	Mondaí - SC	sem informação	Avelino Kappes
UUU-05	206	Mondaí - SC	24/03/1978	Arcídio Terbas (A)
UUU-05	207	Mondaí - SC	sem informação	Arcídio Terbas (B)
UUU-06	208	Mondaí - SC	sem informação	Armando Kunhn

<b>UUU-07</b>	209	Alecrim - RS	Março/1979	Leonel Tolotti
<b>UUU-08</b>	210	Alecrim - RS	1979 e 1984	Pedro de Góis
<b>UUU-09</b>	211	Alecrim - RS	1978	Manuel Pereira
<b>UUU-10</b>	212	Alecrim - RS	sem informação	Bernardo Verdum
<b>UUU-11</b>	213	Alecrim - RS	sem informação	Lauindo Silvestre Pereira
<b>UUU-12</b>	214	Alecrim - RS	1979	Darci Gonçalves (A)
<b>UUU-12</b>	215	Alecrim - RS	sem informação	Darci Gonçalves (B)
<b>UUU-13</b>	216	Alecrim - RS	1979	Eloi Welter
<b>UUU-14</b>	217	Alecrim - RS	1979	Lindolfo Ribas de Souza
<b>UUU-15</b>	218	Alecrim - RS	1978	Ivo Fernandes
<b>UUU-16</b>	219	Iraí - RS	1978	Oswaldo Teston
<b>UUU-17</b>	220	Iraí - RS	sem informação	Oswaldo Teston
<b>UUU-17</b>	221	Iraí - RS	1985	Oswaldo Teston
<b>UUU-17</b>	222	Iraí - RS	1985	Oswaldo Teston
<b>UUU-18</b>	223	Caibi - SC	1985	Escola de Santo Antônio
<b>UUU-19</b>	224	Caibi - SC	sem informação	Daniel Rodrigues dos Santos
<b>UUU-20</b>	225	Caibi - SC	sem informação	Daniel Rodrigues dos Santos
<b>UUU-21</b>	226	Caibi - SC	sem informação	Balduino Borchi
<b>UUU-22</b>	227	Caibi - SC	1985	Manoel Antonio da Silva
<b>UUU-23</b>	228	Caibi - SC	sem informação	Ricardo Bertol
<b>UUU-24</b>	229	Caibi - SC	1985	Lauro Santos
<b>UUU-25</b>	230	Palmitos - SC	sem informação	Joel Casper
<b>UUU-25</b>	231	Palmitos - SC	sem informação	Joel Casper
<b>UUU-25</b>	232	Palmitos - SC	sem informação	Joel Casper
<b>UUU-26</b>	233	Palmitos - SC	1985	Crecencio Rodrigues
<b>UUU-27</b>	234	Palmitos - SC	1985	João dos Santos
<b>UUU-28</b>	235	Iraí - RS	1985	Olaria
<b>UUU-29</b>	236	Palmitos - SC	1985	Arlindo Demori

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados de documentos oficiais, 2023.

Um dos maiores desafios dessa coleção é na recuperação de informação dos objetos, existem lacunas e muitas perguntas sem respostas. Atualmente, toda a documentação do museu está concentrada em quatro gavetas de um arquivo de metal, um volume muito pequeno de documentação em comparação aos 45 anos de existência da instituição. Ao analisar a documentação, foi possível observar a fragilidade em que essas informações se encontram e uma ausência de padronização em sua organização. Para compreender o papel da documentação museológica e

suas contribuições em um acervo arqueológico, é necessária a explanação deste conceito, segundo Ferrez

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (Ferrez, 1994, p.1)

Luciana Ballardo (2013) defende a importância da padronização e a aplicação de metodologias para gerenciar essas documentações, sem que isso dependa diretamente da memória dos pesquisadores e equipe das instituições. Essa característica da informação do acervo se apoiar na memória do funcionário e/ou pesquisador está muito presente no Museu, durante a análise documental não foram encontrados diários de pesquisa ou relatórios técnicos detalhados sobre os processos de coleta deste acervo, uma das hipóteses é que esta documentação tenha ficado com o próprio pesquisador em sua coleção pessoal. A documentação primária desempenha um papel fundamental para o estudo dos materiais e compreensão do objeto, contudo, era comum essa documentação não permanecer na IGP, segundo Afonso, Piedade e Moraes (1999) principalmente pela falta de confiança dos pesquisadores em entregar sua pesquisa para a instituição, intensificada pela ausência de políticas de acervo “[...] onde estariam claramente definidos os direitos intelectuais dos pesquisadores e seus deveres institucionais” (1999, p. 234).

Outro fator que pode ter contribuído para essas lacunas foi a grande movimentação de entrada e saída de funcionários responsáveis pela reserva técnica arqueológica e seu acervo, levando a uma não socialização das pesquisas realizadas por cada profissional em período de atuação na instituição ou mesmo a continuação dos trabalhos já iniciados. Houve também um hiato de 14 anos de trabalhos de pesquisa e conservação no acervo arqueológico, em decorrência da saída do arqueólogo responsável, apenas eram desempenhadas atividades de manutenção do espaço, como anotação de parâmetros ambientais e limpeza de estantes.

Para analisar e compreender essas lacunas de informação, fiz um levantamento de toda a documentação referente à coleção Alto Uruguai, adianto que foram poucos os registros encontrados e em sua maioria incompletos ou confusos. Considerando que os papéis estavam desorganizados e não seguia uma ordem temporal, elaborei o Quadro 5 para uma melhor apreensão visual e organização da

investigação, sendo assim, separei os documentos em ordem cronológica, por tipologia e uma breve descrição.

**Quadro 5 - Listagem dos documentos relacionados ao acervo da coleção Alto Uruguai**

TIPOLOGIA	ANO	DESCRIÇÃO
<b>Relatório de atividades</b>	Entre 02/01/1978 e 30/04/1978	No item <b>3.7 Pesquisas Arqueológicas</b> deste relatório consta que a equipe constituída por La Salvia, Aléxis Berloz e Verony Freire localizou em março sítios arqueológicos, recolhendo através de coleta superficial materiais líticos e cerâmicos em Mondaí.
<b>Fichas de registro</b>	Março e Abril de 1978	“Fichas de Registro dos sítios arqueológicos do RS” em folha timbrada da UCS dos sítios <ul style="list-style-type: none"> <li>• UUU-01;</li> <li>• UUU-02;</li> <li>• UUU-03;</li> <li>• UUU-05.</li> </ul>
<b>Relatório de atividades</b>	04/11/1978	Relatório de Fernando La Salvia à DAC/SEC informando que o levantamento preliminar da área piloto na calha do Alto Rio Uruguai foi finalizado e foram recolhidos materiais de 30 sítios visitados e cadastrados.
<b>Relatório de levantamento</b>	10/05/1984	Relatório com listagem de todo o material arqueológico acervado no Museu realizado pela arqueóloga Vera Lucia Trommer Thaddeu e a antropóloga Katya Vietta.
<b>Declaração de empréstimo de acervo</b>	22/10/1984	Declaração de Sérgio Leite retirando materiais cerâmicos da coleção Alto Uruguai (201, 206, 225 e 229) para o projeto “Divulgação da arqueologia”.
<b>Desenhos</b>	1988	Desenhos à mão retratando cerâmicas dos códigos 206, 209, 210, 213 e 233.
<b>Fichas de registro</b>	1995	Ficha de registro de materiais arqueológicos dos sítios UUU-01, UUU-02, UUU-03, UUU-05 contendo <ul style="list-style-type: none"> <li>• dados de identificação do sítio: código, denominação, localização, nº de catálogo, lote, pesquisador, data, setor, quadro, camada, quadrícula, nível e profundidade absoluta;</li> <li>• dados das evidências coletadas: tipologia, fragmentos (bordas, corpos, bases), total de peças, %na série, %na coleção e totalização.</li> </ul>
<b>Memorando interno</b>	19/01/1995	Memorando interno nº1/95 do servidor Arienei Abreu pedindo redução em 10 dias de férias para não interromper trabalho de levantamento de acervo do sítio UUU-02 (202).

		Este levantamento diz respeito às fichas de registro de materiais arqueológicos de 1995.
<b>Projeto</b>	26/02/1996	Projeto de reorganização do acervo arqueológico do MARS evidenciando que a mudança feita às pressas para a Rua Andradas e sem mão de obra qualificada, ocasionou o dano severo em muitas peças do acervo, não indica quais.
<b>Texto</b>	03/08/2000	Trecho de um texto para o “Projeto Guarda-Chuva” em que contêm informações de todo o acervo arqueológico, cita que foram encontrados 32 sítios na década de 1970 no Alto Uruguai e também menciona que duas publicações e três dissertações de mestrado foram escritas tendo por base o material arqueológico da Instituição.
<b>Relatório</b>	10/2001	Relatório parcial do projeto da arqueóloga Karla Fredel, com o intuito da reorganização e reacondicionamento do acervo arqueológico do Museu; conta com o levantamento de todo o acervo.
<b>Fichas catalográficas</b>	2002	Fichas catalográficas do acervo arqueológico desde a coleção Alto Uruguai até 21/03/1982.
<b>Levantamento</b>	2016	Levantamento realizado pelo servidor Arienei Abreu devido a exigências da vistoria técnica do IPHAN.
<b>Fichas para percentuais cerâmicos</b>	Sem data	Foram encontradas fichas com o levantamento de peças cerâmicas dos sítios do alto Uruguai, não foram localizados dos sítios: 205, 207, 208, 215, 224, 226, 228, 234, 235, 236, 237. Alguns possuem além da ficha desenhos e uma ficha para análise cerâmica.
<b>Ficha para levantamento de sítios</b>	Sem data	O sítio UUU 007 - catálogo 209 é o único que possui uma “Ficha para levantamento de sítios” contendo várias informações sobre o sítios dividadas nas seguintes seções: <ul style="list-style-type: none"> <li>• identificação;</li> <li>• identificação histórica;</li> <li>• alturas e dimensões;</li> <li>• caracterização geo-gráfica;</li> <li>• flora e fauna;</li> <li>• atividades econômicas;</li> <li>• identificação arqueológica;</li> <li>• descrição;</li> <li>• descrição da análise de cerâmica.</li> </ul>
<b>Listagem</b>	Sem data (posterior a 1984)	Listagem com a relação dos sítios arqueológicos do Alto Uruguai, UUU-01 ao UUU-30 (catálogo 201 a 237) contendo:

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• código;</li> <li>• designação do sítio;</li> <li>• localidade;</li> <li>• tipo;</li> <li>• catálogo.</li> </ul>
<b>Listagem</b>	Sem data (posterior a 1984)	<p>Listagem com a relação dos sítios arqueológicos do Alto Uruguai, UUU-01 ao UUU-30 (201 a 237) contendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• catálogo;</li> <li>• código;</li> <li>• setor;</li> <li>• quadro;</li> <li>• camada;</li> <li>• nível;</li> <li>• tipo;</li> <li>• amostra;</li> <li>• localidade;</li> <li>• data.</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora a partir do fundo documental da instituição, 2024.

Na época em que as escavações ocorreram era comum os próprios pesquisadores produzirem fichas de registro de sítios e materiais arqueológicos, visto que não existia um modelo dessas fichas de registro, somente em 19 de novembro de 1998 foi criada pelo IPHAN a Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos através da portaria nº 241 e no ano de 2016 com a portaria nº 196 o instituto elaborou uma Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel para padronizar as informações dentro das IGPs. Foram encontradas fichas no arquivo, contudo, localizei de apenas quatro sítios arqueológicos (UUU-01, UUU-02, UUU-03, UUU-05) e não estão preenchidas todas as informações, apenas informações genéricas. A única ficha de levantamento de sítios encontrada pertence ao UUU-07 (209), com diversos campos de preenchimento e incluindo mais de cinco folhas de informação. Em alguns documentos (principalmente os mais antigos) consta um sítio número UUU-30 código 237, contudo, seu registro mais recente está com a nomenclatura BAJ-237 Forte de Santa Tecla, pois foi escavado na cidade de Bagé, que fica no sul do estado, não na região do alto Uruguai. Em nenhum lugar foi sinalizado o que ocorreu, quando e quem corrigiu o erro.

Dentro de uma pasta foram encontradas fichas para percentuais cerâmicos dos sítios, mas não foram localizadas as fichas dos códigos: 205, 207, 208, 215, 224, 226, 228, 234, 235 e 236, de todos as informações estão incompletas: sem data, nome do

responsável pela análise, alguns possuem desenhos, fichas mais detalhadas e outros não. Um exemplo dessa inconsistência é em uma das fichas do código 202 que identifiquei a soma incorreta de fragmentos unglados:  $30+8=37$  e  $20+8+1=28$  (Figura 11).

Figura 11 - Soma errada na ficha de percentual cerâmico do 202

FICHA PARA PERCENTUAIS CERAMICOS					202			
SITIO	CATALOGO	LOCALIDADE						
AREA	SUB AREA							
DISTRITO	MUNICIPIO							
SETOR	QUADRO	QUADRICULA						
CAMADA	NIVEL	PROP. ABSOLUTA						

Especificação por Decoração	BORDA	FUNDOS	OUTRO	TOTAL	Total do tipo	% da variação no tipo	% do tipo na coleção.	% da variação na col.
Unglados S.	8	-	30	37				
" tang.	8	1	20	28				
" plant.	1	-	13	14				

Fonte: MARS, fotografia da autora, 2023.

Outro documento que me chamou a atenção ao longo da análise é o relatório de Fernando La Salvia ao DAC/SEC em 04 de novembro de 1978, no qual detalha o que foi recolhido de material proveniente de 30 sítios do Alto Uruguai, inclusive é mencionado no texto que foram todos cadastrados, porém não foram encontrados no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos CNSA / SGPA do IPHAN tampouco foram localizadas as fichas de cadastro de todos os sítios, apenas do UUU-01 ao UUU-05. Também não foi possível obter a informação de data das coletas de 13 sítios. Em relação aos objetos inteiros (painéis e urnas) que o arqueólogo cita que foram coletados, não estão no acervo do MARS, um relatório de levantamento realizado em 1984 por funcionárias do Museu corrobora que estes objetos não foram encontrados desde aquela época, assim como objetos dos catálogos: 205, 208, 215, 224, 226 e 228. Também é possível que objetos pertencentes a estes catálogos não foram retirados dos seus locais, mas não é possível determinar a causa sem nenhuma documentação que a comprove.

Em 22 de outubro de 1984, o arqueólogo e servidor do Museu na época, Sérgio Leite, pediu emprestado materiais cerâmicos de cinco sítios do Alto Uruguai para utilizar no projeto “Divulgação da arqueologia”, porém não há maiores especificações do uso deste acervo e nem um comprovante de devolução das peças, inclusive está anotado no verso da folha “cobrar do Sérgio continua com ele - 06/12/84”. Ressalto que este foi o único documento de empréstimo referente a este acervo encontrado na documentação.

No meu período de estágio no MARS iniciei um arrolamento do acervo, de caráter emergencial, para aproveitar o momento de transferência de todos os objetos ainda acondicionados em caixas arquivo de papelão para caixas de polipropileno. Tive então, a oportunidade de realizar um levantamento de toda a coleção Alto Uruguai (apêndice A), os procedimentos consistiram em abrir caixa por caixa, conferir as numerações, estado de conservação, fazer a contagem (Figura 12), anotar em planilha impressa (a reserva técnica não está equipada com computador e nem internet) e transferir para as caixas novas com acondicionamento em plástico bolha. Durante o processo encontrei muitos fragmentos com numeração apagada, ilegível ou até mesmo sem numeração (Figuras 13 e 14), impedindo saber a qual sítio realmente pertenciam, pois havia muitas peças numeradas em caixas trocadas. O estado de conservação do acervo estava bem crítico, os fragmentos estavam separados por sacos de fichário e alguns por sacos de lixo enrolados nos itens, muitas peças de cerâmica se esfarelaram por estarem dentro de sacos de papel e guardanapos, alguns fragmentos colados com cola não reversível, e o único fragmento ósseo estava se desmanchando (Figura 15).

**Figura 12 - Processo de contagem dos fragmentos**



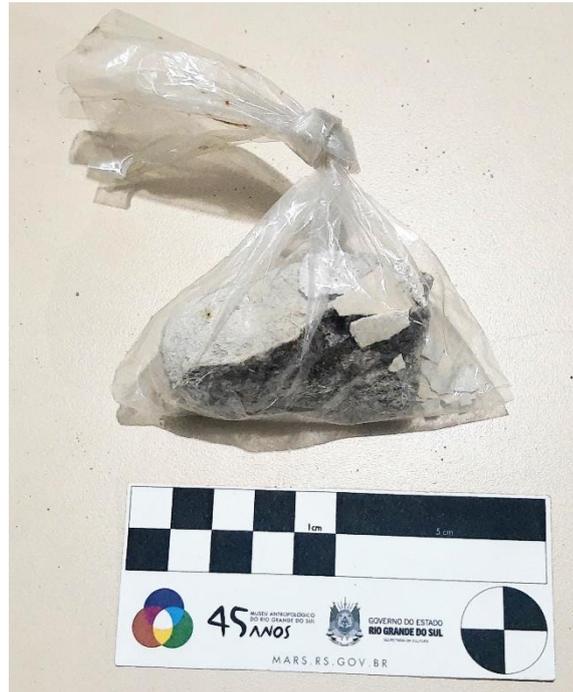
Fonte: Fotografia da autora, 2023.

**Figura 13 e 14 - Fragmentos com numeração ilegível**



Fonte: Fotografia da autora, 2023.

**Figura 15 - Fragmento ósseo em processo avançado de deterioração**



Fonte: Fotografia da autora, 2023.

Devo ressaltar que havia no mínimo 300 fragmentos sem numeração, mas não foram levados em consideração nesta listagem, com exceção dos que foram encontrados com algum contexto ou informação que confirmasse a procedência correta. Importante também reiterar que pelo caráter emergencial, não foi possível fazer recontagem, mas essa será feita pelos funcionários do Museu assim que todas as caixas forem trocadas.

Durante o processo de levantamento resolvi comparar os meus resultados iniciais com o inventário realizado pela arqueóloga Karla Fredel em 2001 (anexo A), que estava no comando de um projeto de reorganização e reacondicionamento de todo o acervo arqueológico. A partir das comparações percebi que os resultados estavam bem diferentes e as somas das contagens das peças repetidas vezes não correspondem ao resultado final que a profissional indica no documento, portanto, decidi para esta pesquisa fazer uma relação (Quadro 6) deste levantamento realizado em 2001<sup>10</sup>, das informações de quantidade de itens por sítio contidas nas fichas catalográficas de 2002 (Anexo B) com o realizado por mim em 2023.

<sup>10</sup> Em 2016 foi realizado um levantamento do acervo pelo servidor Arienei Abreu, contudo este não foi considerado nesta pesquisa por ter os resultados iguais ao de Fredel de 2001.

Quadro 6 - Comparativo entre os levantamentos da Coleção Alto Uruguai

CÓDIGO DO SÍTIO	CATÁLOGO	TOTAL 2001	TOTAL 2002	TOTAL 2023
UUU-01	201	44	13	45
UUU-02	202	897	1260	908
UUU-03	203	140	108	101
UUU-03	204	206	112	248
UUU-04	205	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-05	206	1232	1079	1187
UUU-05	207	11	12	12
UUU-06	208	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-07	209	731	610	546
UUU-08	210	327	553	546
UUU-09	211	128	278	127
UUU-10	212	6	8	8
UUU-11	213	223	210	210
UUU-12	214	12	53	12
UUU-12	215	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-13	216	109	188	194
UUU-14	217	90	95	95
UUU-15	218	223	231	197
UUU-16	219	186	220	226
UUU-17	220	471	713	683
UUU-17	221	100	100	100
UUU-17	222	14	14	14
UUU-18	223	58	58	58
UUU-19	224	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-20	225	467	429	514
UUU-21	226	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-22	227	86	170	83
UUU-23	228	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-24	229	546	536	532
UUU-25	230	474	443	492
UUU-25	231	62	66	66
UUU-25	232	64	78	66
UUU-26	233	511	1.178	1.054
UUU-27	234	1.617	1.741	1.651
UUU-28	235	7	8	8
UUU-29	236	10	75	188
<b>TOTAL:</b>		<b>9052</b>	<b>10639</b>	<b>10170</b>

Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise dos levantamentos dos objetos da coleção, 2024.

Conforme o quadro comparativo acima, é possível observar os resultados iguais destacados na cor verde, ao todo foram 10 correspondências equivalentes,

destes somente em três ocorrências o resultado foi igual em todas as quantificações analisadas. A discrepância entre os resultados de alguns sítios é expressiva, como no sítio UUU-26 em que a diferença de fragmentos chega a mais de 500 entre 2001 e 2023, as variações entre os anos também chama atenção quando comparadas com a versão atualizada: entre 2001 e 2023 a disparidade foi de 1587 itens a mais encontrados e entre 2002 e 2023 foi de 469 fragmentos a menos. As informações das fichas catalográficas dos catálogos 201 e 202 foram registradas em conjunto, tornando confusa a análise, é possível que as informações de quantidade tenham sido misturadas. Também nas fichas é indicada a existência de um metal no 234, porém não encontrei indício da existência de um material metálico na coleção, é possível que durante o preenchimento tenha sido confundido e ao invés de colocar fragmento ósseo (presente nesse sítio e não aparente nas fichas) foi anotada a materialidade errada.

A autora Helena Ferrez (1994) apresenta em seus estudos os sistemas de documentação museológica, que objetivam a recuperação da informação do objeto e são cruciais para conservar o acervo e ampliar o acesso aos objetos, sua esquematização se dá por componentes de *entradas, organização e controle e saídas*. Contudo, apesar do Museu possuir alguns desses instrumentos como as fichas catalográficas e numeração em peças, não existe fluxo operacional, essas atividades de documentação parecem ser esporádicas ou mesmo interrompidas.

Existem documentos de variadas tipologias que indicam que foi realizada análise, que foram preenchidas fichas de cadastro de materiais e sítios, contudo estão todos incompletos, um acervo de tantas potencialidades, mas pouquíssimas informações. Diante do diagnóstico apresentado fica a questão: esse acervo pode ser considerado um acervo de museu ou um acervo no museu? Ou seja, museália ou apenas coisas depositadas?

### 3 ENTRE O PASSADO E O FUTURO: a musealização tardia de acervos arqueológicos

Partindo do diagnóstico realizado no capítulo anterior, me proponho a analisar os desafios e implicações da musealização tardia da coleção do Alto Uruguai, para levantar a discussão são necessárias as apreensões dos conceitos de musealização e musealização da arqueologia pautada na noção de estratigrafia do abandono nas instituições museológicas brasileiras. O processo de musealização pertence a denominada “tríade conceitual da museologia”, constituída também pelos conceitos musealidade e museália, concebida pelo teórico tcheco Zbynek Zbyšlav Stránský e incorporadas no campo museológico como “[...] conceitos-chave para entender tal processo de atribuição de valor às coisas” (Brulon, 2017, p. 410).

Portanto, a transformação de um objeto no museu para um objeto de museu (museália) perpassa o processo de musealização, que Stránský o definiu como

[...] uma expressão da tendência humana universal de preservar, contra a mudança e a degradação naturais, os elementos da realidade objetiva que representam os valores culturais que o homem, enquanto ser cultural, tem a necessidade de conservar de acordo com seu próprio interesse (Stránský, 1995, p. 28-29 *apud* Brulon, 2017, p.413).

A musealização é então um ato científico e cognitivo que se configura através do deslocamento de realidades, ou seja, retirar o objeto de uma realidade e transportar para outra realidade, atribuindo-o novas significações. Portanto não é estanque, esse processo é dinâmico e se transforma ao longo do tempo (Brulon, 2018). Para Stránský, a efetivação da musealização é concedida através de três componentes: seleção, tesauroização e comunicação. A **seleção** é caracterizada pela ação de coleta e reconhecimento (atribuição de valor) da potencialidade de determinado objeto em se tornar museália. A **tesaurização** pretende realocar o objeto selecionado em um sistema documental, conforme o contexto ou espaço que esse objeto será inserido. A **comunicação** museológica fornece sentido para a coleção e é responsável pela disseminação dos seus valores culturais, científicos e educativos, está intrinsecamente ligada à documentação museológica, onde potencializa a informação inerente aos objetos, através de mecanismos como as exposições (Brulon, 2017). Como metodologia aplicada, pode ser assim entendido: “[...] um trabalho de preservação (seleção, aquisição, gestão, conservação), de pesquisa (e, portanto, de

catalogação) e de comunicação (por meio da exposição, das publicações, etc.)” (Desvallées; Mairesse, 2013, p.58). Conforme o que foi explanado, os autores consideram que a

[...] musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em musealium ou musealia, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. [...] O processo de musealização não consiste meramente na transferência de um objeto para os limites físicos de um museu, como explica Zbyněk Stránský [1995]. Um objeto de museu não é somente um objeto em um museu (Desvallées; Mairesse, 2013, p.57).

Para trabalhar a musealização de acervos arqueológicos devemos nos aprofundar nos estudos de musealização da arqueologia, a pesquisadora Cristina Bruno foi pioneira dessa linha de pesquisa no Brasil, a autora considera a intersecção entre as disciplinas de Museologia e Arqueologia um trabalho colaborativo que se complementa, uma vez que

A Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia. (Bruno, 1999, p.130).

É possível considerar que a Museologia potencializa a pesquisa arqueológica ao enquadrá-la em sua função social através dos dispositivos de musealização, para Bruno, a musealização é “[...] o processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação” (Bruno, 1996b, p. 67-68 *apud* Bruno, 2021, p.8). A musealização da arqueologia então está pautada na cadeia operatória dos mecanismos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) ligado ao aspecto preservacionista da Museologia perante ao patrimônio e sua gestão e a comunicação (exposição educativo-cultural) que promove a extroversão e noções de identidade e pertencimento (Bruno, 2021).

Para suscitar as inquietações perante a musealização dos objetos arqueológicos pertencentes à coleção Alto Uruguai, objeto de estudo desta pesquisa, primeiramente se faz necessário entendê-los como materiais arqueológicos pré-coloniais dentro da ótica da estratigrafia do abandono, uma analogia concebida por

Cristina Bruno que faz referência às camadas de sedimento que se acumulam ao longo do tempo no solo, sufocando os vestígios da história pré-colonial no Brasil através dos processos impostos pela colonização. Segundo a autora,

[...] sobre esses vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de interpretações sobre mais de 500 anos de ocupação estrangeira deste território e, apesar de mais de um século de institucionalização da pesquisa e dos acervos, ainda são raras as abordagens que vinculam esses vestígios às nossas tradições e rupturas. Consolidou-se uma estratigrafia do abandono que isolou as fontes arqueológicas e as circunscreveu ao terreno das memórias exiladas (Bruno, 2005, p. 237-238).

Estes objetos, além de terem assumido um papel secundário dentro da história cultural brasileira, se encontram completamente descontextualizados e desarticulados do restante do acervo do MARS, esquecidos armazenados em caixas dentro de uma reserva técnica, implicando diretamente na construção da memória e identidade local. A principal problematização atrelada aos objetos da coleção Alto Uruguai é identificar se houve processos de musealização e entender como essa coleção pode ser musealizada uma vez que existam tantas lacunas informacionais e temporais, considerando que se passaram mais de 40 anos de sua aquisição. Portanto, no quadro 7 apresento um diagnóstico de musealização amparada nos seus três dispositivos: seleção, tesauroização e comunicação museológica das atividades museográficas desempenhadas pelo museu entre os anos de 1979 e 2023.

**Quadro 7 - Processo de musealização do acervo 1979 - 2023**

MUSEALIZAÇÃO (METODOLOGIA)	DEFINIÇÃO	ATIVIDADES IDENTIFICADAS
Seleção/ coleta museal	<p>“[...] teoria básica que permitiria identificar o “potencial de musealidade” nos objetos, que pode ser fornecido por diferentes disciplinas científicas. A seleção em si mesma, isto é, a retirada de um objeto “portador” de uma situação original, seria dependente do reconhecimento de seu “valor museal””. (Bruno, 2017, p.414)</p> <p>Tarefas museográficas auxiliares: seleção, aquisição, gestão, conservação (Desvallées; Mairesse, 2013)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatórios de atividades em campo relacionadas a aquisição dos materiais (1978);</li> <li>2. Fichas de registro de sítios arqueológicos (1978);</li> <li>3. Higienização do material quando chegou no Museu;</li> <li>4. Reorganização e reacondicionamento de todo o acervo em caixas arquivo de papelão (2001);</li> <li>5. Monitoramento ambiental de temperatura e umidade relativa da Reserva Técnica (desde 2022);</li> <li>6. Comissão de Acervo (desde 2012).</li> </ol>

Tesaurização	<p>“[...] poderia ser compreendida como o processo de inserção do objeto no sistema documental da nova realidade de uma coleção ou museu” (Brulon, 2017, p.414)</p> <p>Tarefas museográficas auxiliares: pesquisa e catalogação (Desvallées; Mairesse, 2013)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Relatório com uma breve listagem do material arqueológico armazenado no Museu (1984);</li> <li>2. Declaração de empréstimo de alguns materiais da coleção (1984);</li> <li>3. Desenhos retratando alguns fragmentos cerâmicos pintados (1988);</li> <li>4. Fichas de registro de materiais arqueológicos (1995);</li> <li>5. Quantificação do acervo (2001)</li> <li>6. Fichas catalográficas (2002);</li> <li>7. Fichas para percentuais cerâmicos;</li> <li>8. Fichas para levantamento de sítios;</li> <li>9. Listagem com a relação dos sítios arqueológicos do Alto Uruguai;</li> <li>10. Numeração dos objetos.</li> </ol>
Comunicação museológica/apresentação	<p>“[...] processo por meio do qual uma coleção ganha sentido, tornando-a acessível e disseminando o seu valor científico, cultural e educativo. Para Stránský, a comunicação é a abordagem museológica da realidade e ela cria, ao mesmo tempo, um laço recíproco com a realidade original que se estabelece em “um plano qualitativamente mais elevado” (Brulon, 2017, p.414)</p> <p>Tarefas museográficas auxiliares: exposições, publicações (Desvallées; Mairesse, 2013)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acervo disponível para pesquisadores e estudantes acessarem;</li> <li>2. Saída de fragmentos para o projeto “Divulgação da Arqueologia” (1984).</li> </ol>

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

No âmbito da seleção podemos ressaltar dentre as cinco atividades que listei, os relatórios de campo, que foram os únicos documentos primários arqueológicos encontrados e as fichas de registro de sítios que estão incompletas, impossibilitando ter um panorama geral e implicando que os sítios arqueológicos UUU nunca fossem registrados formalmente no IPHAN. A gestão deste acervo se mostrou inconsistente e a lacuna de documentação, principalmente atrelada a esta etapa, dificulta o processo de tornar o objeto museália, considerando que é a fonte principal de informações do material.

Pode-se constatar que a tesauroização foi a etapa que identifiquei mais atividades museográficas desenvolvidas ao longo deste tempo, contudo, são em sua maioria documentações incompletas e com informações discrepantes quando comparadas entre si. Não houve criação de protocolos e documentação de prática administrativa, é possível compreender que o Museu não possui um sistema documental consistente e interligado entre os setores, como exemplo, a declaração de empréstimo de acervo emitida pelo servidor Sérgio Leite mesmo já existindo um documento de termo de empréstimo para o acervo etnológico, o arqueólogo optou por escrever uma declaração, com informações limitadas, ao invés de utilizar esse termo específico que já estava em uso em outro setor. Essa prática corrobora para demonstrar o isolamento do acervo arqueológico perante o Museu e suas outras coleções. Em relação à pesquisa da coleção, existe material que sequer foi analisado, como é o caso dos 112 fragmentos cerâmicos do sítio UUU-29.

De toda a documentação analisada e de conversas com ex-funcionários da instituição, foi encontrado apenas um indício de que ao menos parte do acervo foi utilizada em uma atividade educativa, em 1984 o servidor Sérgio Leite retirou alguns fragmentos pertencentes a quatro sítios para um projeto chamado “Divulgação da Arqueologia”, mas não foi possível localizar maiores detalhes sobre o projeto. Durante o reacondicionamento do material, localizei um papel avulso dentro de uma das caixas informando “saída de material para exposição”, para obter maiores informações foi realizado contato com o antigo servidor responsável pelas reservas técnicas de 1992 a início de 2023, dando o relato de que em nenhum momento destes 31 anos este acervo foi integrado a uma exposição. Ainda sobre o aspecto de comunicação museológica, apesar da instituição estar aberta para receber estudantes e demais pesquisadores, isto não acontece com frequência, inclusive a escassez de trabalhos acadêmicos sobre o Museu como universo de pesquisa é um reflexo disso.

O diagnóstico de procedimentos de musealização deste acervo respalda que ao longo dos anos houve processos museográficos, que se configuram em um “[...] conjunto de técnicas desenvolvidas para preencher as funções museais, e particularmente aquilo que concerne à administração do museu, à conservação, à restauração, à segurança e à exposição” (Desvallées, Mairesse, 2013, p. 58) contudo, não ocorreram processos de musealização, apesar de existirem documentos intrínsecos aos objetos, como é o caso das fichas catalográficas e algumas outras tarefas museográficas, isso não se configura em uma musealização, pois são

procedimentos esporádicos e sem continuidade, ainda mais enfatizado na comunicação museológica praticamente nula. A descontinuação de pesquisas do acervo pode estar ligada às lacunas de informação destes objetos, sendo negligenciados pela própria pesquisa arqueológica,

[...] peças arqueológicas, uma vez perdidas as informações sobre a sua origem – ou seja, as referências estratigráficas, espaciais e cronológicas, bem como as associações com outros objetos e estruturas no solo escavado – deixam de ter qualquer valor para a arqueologia. Torna-se impossível recuperar o contexto da sua produção, utilização e deposição, justo o que permite entender o funcionamento de sistemas socioculturais extintos. (Lima e Rabello, 2007, p. 10, *apud* Costa e Ribeiro, 2020, p. 220).

Mas também, não é possível descartar as possibilidades de musealização deste acervo, conforme Costa e Ribeiro (2020) apontam em sua pesquisa, a lacuna das informações intrínsecas aos objetos arqueológicos não implica que estes materiais sejam incapazes de fornecer informações de valor ou mesmo ser relevantes para a discussão arqueológica atual. Importante ressaltar que este não é um caso isolado, muitas instituições museológicas se deparam com as mesmas problemáticas levantadas através do caso do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul, em que as instituições não conseguem resolver as dimensões práticas dos problemas, evitando alcançar uma dimensão epistêmica da musealização do patrimônio arqueológico, para resolver essas questões

[...] é necessário, pois, engajar práticas que permitam revisitar e abrir as coleções a novas interpretações, mas sem perder de vista que estas ações devem ser traduzidas em formas menos modulares e normativas de tratamento museológico-curatorial, do ponto de vista imediatamente prático. (Wichers, Ribeiro e Bruno, 2023, p. 26)

Conforme o que foi exposto, proponho no quadro 8 possibilidades metodológicas para pensar a musealização contemporânea desta coleção, tendo por fundamentação as definições de Stránský, Desvallées e Mairesse. As atividades propostas agrupam ações realizadas e iniciadas no estágio na instituição e outras pensadas a partir das discussões atuais no campo museal, a ideia é refletir sobre o que é possível ser realizado dentro de cada etapa metodológica, respeitando as fragilidades e limites atuais do Museu.

**Quadro 8 - Musealização: possibilidades metodológicas na contemporaneidade**

Musealização (metodologia)	Definição	Possibilidades metodológicas
Seleção/ coleta museal	<p>“[...] teoria básica que permitiria identificar o “potencial de musealidade” nos objetos, que pode ser fornecido por diferentes disciplinas científicas. A seleção em si mesma, isto é, a retirada de um objeto “portador” de uma situação original, seria dependente do reconhecimento de seu “valor museal””. (Brulon, 2017, p.414)</p> <p>Tarefas museográficas auxiliares: seleção, aquisição, gestão, conservação (Desvallées; Mairesse, 2013)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Troca de caixas de papelão para caixas específicas de polipropileno (iniciado em decorrência de estágio obrigatório em Museologia e execução dessa pesquisa);</li> <li>2. Reacondicionamento do acervo (iniciado em decorrência de estágio obrigatório em Museologia e execução dessa pesquisa);</li> <li>3. Livro Diário (iniciado em decorrência de estágio obrigatório em Museologia e execução dessa pesquisa);</li> <li>4. Entrevistas com ex-funcionários para recuperar informações intrínsecas aos materiais;</li> <li>5. Análise de dados de umidade relativa e temperatura da reserva técnica;</li> <li>6. Cadastramento dos sítios perante o IPHAN.</li> </ol>
Tesaurização	<p>“[...] poderia ser compreendida como o processo de inserção do objeto no sistema documental da nova realidade de uma coleção ou museu” (Brulon, 2017, p.414)</p> <p>Tarefas museográficas auxiliares: pesquisa e catalogação (Desvallées; Mairesse, 2013)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Levantamento e inventário do acervo (iniciado em decorrência de estágio obrigatório em Museologia e execução dessa pesquisa);</li> <li>2. Organização de documentação (iniciado em decorrência de estágio obrigatório em Museologia e execução dessa pesquisa);</li> <li>3. Elaboração de uma Política de Gestão de Acervo;</li> <li>4. Formular um sistema de numeração do acervo;</li> <li>5. Retomar pesquisas e produzir novas análises do material;</li> <li>6. Incorporar um laboratório de pesquisa e análise à reserva técnica;</li> </ol>
Comunicação museológica/ apresentação	<p>“[...] processo por meio do qual uma coleção ganha sentido, tornando-a acessível e disseminando o seu valor científico, cultural e educativo. Para Stránský, a comunicação é a abordagem museológica da realidade e ela cria, ao mesmo tempo, um laço recíproco com a realidade original que se estabelece em “um plano qualitativamente mais elevado” (Brulon, 2017, p.414)</p> <p>Tarefas museográficas auxiliares: exposições, publicações (Desvallées; Mairesse, 2013)</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Exposições;</li> <li>2. Ações educativo-cultural;</li> <li>3. Reservas técnicas visitáveis;</li> <li>4. Readequação do espaço para receber pesquisadores com área equipada com computadores e internet;</li> <li>5. Inserção da coleção no repositório de acervos Tainacan.</li> <li>6. Utilização das redes sociais como meio de exposição do acervo.</li> </ol>

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As ações correspondentes à seleção envolvem atividades iniciadas por mim em 2023 durante o período de estágio e que estão em processo de continuidade na instituição, a exemplo do livro diário, ferramenta indispensável para manter registro de tudo o que foi executado referente aos trabalhos na reserva técnica e com o acervo, facilitando a recuperação da informação. O cadastramento dos sítios da coleção é fundamental no processo de reconhecimento deste acervo, contudo, apresenta alguns obstáculos, considerando que a coleta foi feita em locais de construção de hidrelétricas que foram inundados e não há o georreferenciamento dos sítios, propiciando dificuldades na recuperação da informação, e irá demandar bastante tempo da equipe. Acredito que o foco principal é tentar localizar os profissionais que trabalharam no Museu desde sua criação e através de entrevistas recuperar indícios de informações que não foram localizadas na documentação armazenada no Museu, tentando preencher as lacunas do que for possível.

Na etapa de tesauroização destaco a formulação de uma Política de Gestão de Acervo, englobando uma Política de Aquisição e Descarte de Acervo e modelos de termos de doação, empréstimo, transporte de acervo, para pesquisa, laudo técnico e fichas de campo. Segundo Padilha (2014) uma Política de Gestão de Acervo é fundamental para o bom funcionamento do museu, pois “[...] serve como um documento de orientação para os profissionais do museu, e como documento público que esclarece como o museu assume a responsabilidade de salvaguarda do seu acervo” (2014, p.26). Visto que não existe um padrão, a elaboração de um Sistema de Numeração também é importante, a numeração utilizada nessa coleção foi a mesma para os fragmentos pertencentes ao mesmo catálogo e sítio (no caso foi marcado na peça o número do código), caso a numeração tivesse um número sequencial adicionado, facilitaria no levantamento, controle e mapeamento de fragmentos perdidos ou trocados de caixa. Outro aspecto a se considerar é a retomada de pesquisas e análises do material, visto que a documentação de análise da época está incompleta. Mesmo se passando anos da coleta, os materiais carregam potencialidades inúmeras de pesquisa, mas para que seja possível é necessário montar um laboratório de pesquisa, equipado com pelo menos um computador e internet.

O elemento menos trabalhado pelo Museu durante todos esses anos foi a comunicação museológica, para isso destaquei seis possibilidades nesta área. A ausência de uma sede própria, impossibilita o MARS de conceber uma exposição de

longa duração ou mesmo ter uma sala fixa para exposições, contudo, é viável considerar exposições temporárias da coleção, repensando a inserção deste acervo hoje e sua função social para com a comunidade. Também é possível viabilizar visitas de turmas na reserva técnica, algo que o Museu faz atualmente mediante agendamento prévio, contudo, deve-se elaborar protocolos e normas de visitação. A utilização das redes sociais como meio de divulgação do acervo é algo amplamente aplicado nos dias de hoje pelas instituições museológicas, não necessita de um espaço físico, sendo uma alternativa à ausência de uma sede e ultrapassa as barreiras físicas, alcançando pessoas de outros lugares para além do estado.

O desenvolvimento de atividades educativas é também de extrema importância na relação com o público, a equipe do Museu trabalha com um projeto “Um dia como arqueólogo”, que consiste em escavações simuladas em uma caixa de areia e peças manufaturadas em argila, seria interessante promover uma edição temática da coleção Alto Uruguai. Também é necessário propor uma aproximação com a comunidade indígena local através de atividades colaborativas e da disponibilização de visitas e consultas ao acervo, além de propor um diálogo com essas lideranças para compreender como esses objetos se relacionam com as aldeias e a comunidade atualmente. A readequação do espaço com computadores e internet é urgente para receber pesquisadores, assim como a divulgação do MARS como espaço de pesquisa. A instituição iniciou em 2023 a inserção de seu acervo no repositório Tainacan, por enquanto apenas uma coleção antropológica foi incorporada, o objetivo é continuar com a alimentação da plataforma com os acervos arqueológicos.

Podemos partir da perspectiva explorada por Horta (2014) de que todo objeto, assim como os documentos, são primeiramente uma coisa, a transformação dessas coisas acontece devido a um sujeito que condiciona intencionalidade, é “[...] o ato de olhar para elas com os olhos da mente, e assim processar todas as informações e significados que eles possam carregar (Horta, 2014, p. 47). A autora ressalta que

É possível, assim, considerar o trabalho e a missão dos museus e das instituições culturais e patrimoniais como um processo de “restauração” desses fragmentos, para que voltem a fazer sentido para a sociedade, como unidades semânticas de um discurso e uma fala culturais, e eventualmente de “reciclagem”, proposto a essa mesma sociedade que descartou esses bens, de modo a que recuperem suas funções primárias, secundárias, simbólicas e significativas, muitas vezes “re-funcionalizadas” [...] (Horta, 2014, p.49).

Portanto, é necessário pensar esse sujeito na contemporaneidade e compreender a potência da equipe do Museu em relação ao seu acervo, uma vez que essa transformação de coisas em objetos e documentos é parte de um processamento museológico, sem ele, é inviabilizada a transformação e as coisas não são nada além disso. Por isso que as atividades de musealização exercidas pela equipe tem tanto impacto, a informação intrínseca ao objeto não é estanque, ela é dinâmica e muda conforme as intenções a ele depositadas conforme a visão do sujeito.

## 4 CONCLUSÃO

A presente pesquisa propôs como objetivo principal investigar a possibilidade de musealizar a coleção arqueológica Alto Uruguai, encontrada dissociada no Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e analisar os desafios associados a esse processo a partir das implicações específicas deste contexto. Inicialmente busquei identificar as particularidades (composição, relevância e documentação) e lacunas desta coleção arqueológica através das circunstâncias de inserção na instituição, para isso foi necessário também pesquisar o contexto de criação do Museu, assim como a sua estrutura atualmente. Num segundo momento me foquei em analisar todas as atividades relacionadas ao processo de musealização executadas desde o ano de 1979 a 2023 e propor uma reflexão sobre os desafios e implicações de musealizar este acervo que está sob a salvaguarda do MARS desde sua origem e que não teve tratamentos.

No que concerne aos resultados obtidos, foi possível identificar a partir das análises realizadas ao longo desta pesquisa que as lacunas na documentação e nas informações intrínsecas aos objetos, as ações esporádicas e sem continuação da etapa de tesauroização somada a uma comunicação museológica quase inexistente, não consolidam um processo de musealização da coleção Alto Uruguai, ao invés disso, apenas foram executadas atividades museográficas ao longo de 44 anos. Contudo, também foi constatado que é possível pensar em propostas metodológicas a serem assumidas a partir da contemporaneidade nos processos de salvaguarda e comunicação museológica que qualificam o processo de musealização arqueológica, desde que sejam desenvolvidas ações contínuas de trabalho com este acervo e de medidas urgentes de recuperação da informação, mas é preciso compreender que muitas informações não serão recuperadas devido às lacunas e estado crítico de conservação que ocasionaram perdas irreversíveis de informação.

A contribuição deste estudo está pautada no fomento da discussão do processo da musealização da arqueologia nas instituições museológicas brasileiras e na intersecção entre as disciplinas de Museologia e Arqueologia. Importante lembrar que esta pesquisa não pretendia esgotar o assunto, até por ser um trabalho de curto fôlego, mas tencionar as discussões entorno da musealização de coleções arqueológicas através da perspectiva da primeira coleção de um museu, que está há mais de 40 anos em uma reserva técnica sem nunca ter passado pelo processo de

musealização e propor soluções perante a este desafio. A possibilidade de aplicabilidade dos resultados tem implicações significativas para o Museu Antropológico do Rio Grande do Sul e outras instituições museológicas que enfrentam o mesmo problema, esta contribuição pode proporcionar uma base sólida para as tomadas de decisões perante as próximas ações a serem executadas pela equipe do Museu em seu acervo.

A metodologia aplicada neste trabalho envolveu uma pesquisa de objetivos descritivos, natureza básica quanti-qualitativa através de um estudo de caso, a análise de conteúdo dos dados obtidos foi feita a partir da documentação intrínseca ao acervo, fontes bibliográficas e foi elaborado um levantamento atual com a comparação de outras duas quantificações da coleção. A obtenção dos dados revelou-se eficaz, no entanto, entrevistas com funcionários atuais e antigos servidores do Museu teria sido uma ferramenta importante para ampliar a coleta de dados e informações referentes à coleção.

A problematização proposta no início desta pesquisa consiste em destrinchar como a musealização de uma coleção arqueológica é feita, suas particularidades e as implicações na musealização arqueológica da coleção Alto Uruguai, desde 1979 acervada no Museu. Revisitando os objetivos iniciais e a problematização apresentados é possível constatar que os resultados obtidos estão alinhados de forma consistente com as intenções introdutórias desta pesquisa. Apesar do aumento das discussões nos últimos anos, a linha de pesquisa da musealização da Arqueologia ainda está repleta de caminhos a serem explorados nesta área, principalmente no que tange novas práticas da gestão desta tipologia de acervo e também a respeito da extroversão desses materiais. Considero aqui a urgência de mais pesquisas que explorem os acervos que estão guardados há tempos em instituições e desarticulados das funções museológicas e sociais dos museus, também é importante pensar atividades para compor os processos de musealização na contemporaneidade destes acervos esquecidos, e suas aplicações práticas para viabilizar a transformação de meros objetos-coisas em museálias.

Em última análise, este trabalho além de cumprir com seus objetivos propostos, fomenta discussões no campo das disciplinas de Arqueologia e Museologia através da proposição da musealização da coleção Alto Uruguai. Os resultados revelaram que é possível musealizar uma coleção arqueológica, mesmo depois de anos e com informações perdidas permanentemente, contudo é um processo longo e que

demandará tempo e dedicação de toda a equipe do Museu. Este trabalho também destaca a necessidade constante de explorar a potencialidade do processo de musealização dos acervos arqueológicos pré-coloniais na construção histórica e de memória da sociedade em desfazer as camadas de sedimentos envoltas no passado colonialista do país, que suprimiu as histórias indígenas. Acredito que o que foi apresentado ao longo da pesquisa oferece uma fundamentação sólida para a reflexão da musealização da Arqueologia, impactando de forma positiva o campo museológico. Portanto, esta investigação é apenas um ponto de partida para explorações futuras.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Marisa. Coutinho; PIEDADE, Silvia Cristina M.; MORAIS, José Luiz de. Organização e gerenciamento do acervo arqueológico pré-histórico brasileiro no MAE/USP: o projeto CAB. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, n. 9, p. 223-238, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109351>. Acesso em: 12 nov. 2023.

BALLARDO, Luciana Oliveira Messeder. **Documentação Museológica: A elaboração de um sistema documental para acervos arqueológicos e sua aplicação no Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/UFSM**. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/11012>. Acesso em: 09 out. 2023.

BRULON, Bruno. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722/657>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRULON, Bruno. Provocando a Museologia: o pensamento geminal de Zbynek Z. Stránský e a Escola de Brno. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, vol.25, n.1, p.403-425. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/139685>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Acervos arqueológicos: Relevâncias, Problemas e desafios desde sempre e para sempre. **Revista de Arqueologia**. v. 33 n. 3. p. 8-18, 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/845>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRUNO, Maria Cristina. Arqueologia e Antropofagia: A musealização de sítios arqueológicos. **Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional**. Brasília, nº 31, p. 234-247, 2005. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=23&busca=31>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da arqueologia: alguns subsídios e antecedentes. **Revista Hawò**, v.2, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/hawo/article/view/70338>. Acesso em: 11 out. 2023.

BRUNO, Maria Cristina. Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. **Cadernos de Sociomuseologia**. Centro de Estudos de Sociomuseologia nº 17. ULHT. 1999. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/34>. Acesso em: 11 out. 2023.

CARBONERA, Miriam. **A Tradição Tupiguarani no Alto-Uruguai: estudando o "Acervo Marilandi Goulart"**. Dissertação (Mestrado). São Leopoldo, Unisinos,

2008. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/1858>. Acesso em: 05 nov. 2023.

CARLE, Cláudio Baptista. Caminhando com encantados: o aprender fazendo e as ideias libertadoras de Paulo Freire na formação de arqueólogos no Rio Grande do Sul. **Revista Arqueologia Pública**, v. 16, n. 2, p. 41-70, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8666519>. Acesso em: 05 nov. 2023.

COSTA, Matheus Pereira da; RIBEIRO, Diego Lemos. “Estratigrafia do abandono”: O caso do Museu da Cidade do Rio Grande–MCRG no extremo sul do Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)**, v. 17, n. 34, p. 209-235, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/18365>. Acesso em: 09 out. 2023.

COSTA, Silvano Silveira. **Arqueologia no Alto Uruguai: a foz do Chapecó**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo, Unisinos. 2012. Disponível em: <http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3928>. Acesso em: 05 nov. 2023.

DESVALLÉES, A., & MAIRESSE, F. (2013). **Conceitos-chave de museologia**. São Paulo: Armand Colin; Comitê Internacional para Museologia do ICOM; Comitê Nacional Português do ICOM.

FERREZ, Helena D. Documentação museológica: Teoria para uma boa prática. In: Cadernos de ensaios, **Estudos de museologia**. n.02. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN, 1994.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira. O “link” (ou a relação) das coisas com os objetos, com os sujeitos, com os documentos, com o museu e o que isso tudo quer dizer... **Mouseion**, Canoas, n. 19, p. 43-52, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1882/0>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LEAL, Ana Paula da Rosa. **Arqueologia, Museologia e Conservação: Documentação e Gerenciamento da Coleção proveniente do Sítio Santa Bárbara (Pelotas-RS)**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2014. Disponível em: [https://wp.ufpel.edu.br/ppgant/files/2016/10/LEAL\\_APR.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/ppgant/files/2016/10/LEAL_APR.pdf). Acesso em: 09 out. 2023.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DO RIO GRANDE DO SUL. **MARS 45 anos**. Porto Alegre: Acervos.mars, [2023]. Disponível em: <https://acervos.mars.rs.gov.br/mars-45-anos>. Acesso em: 12 nov. 2023.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Coleção Estudos Museológicos, v. 2. Florianópolis: FCC, 2014. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/downloads/patrimonio-cultural/colecao-estudos-museologicos>. Acesso em: 05 nov. 2023.

PROUS, André; ANDRADE LIMA, Tânia. Os Ceramistas Tupiguarani. Volume I. Sínteses Regionais. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 143–145, 2009.

Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/268>. Acesso em: 05 nov. 2023.

RAMOS, Rafaela Nunes. **Reflexões sobre Gestão Arqueológica e Museológica da Cultura Material: o sítio guarani PS-03 Totó (Pelotas – RS) e seus vestígios**. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013. Disponível em: <https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/5379>. Acesso em: 09 out. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Cultura. Museu Antropológico do Rio Grande do Sul. **Plano Museológico do Museu Antropológico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SEDAC, 2021.

SILVA, Letícia Dutra Romualdo da.; POLO, Mario Junior Alves. A Torre de Babel da documentação de acervos arqueológicos: uma proposta de gestão ampla em meio a inventários e catálogos diversos. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 12, n. 24, p. 72–89, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/49751>. Acesso em: 09 out. 2023.

SILVEIRA, Andréa Reis da. Discursos, representações e práticas numa história institucional: o museu Julio de Castilhos nos anos 1960-1980. **Revista CPC**, n. 16, p. 62-100, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/68643>. Acesso em: 09 out. 2023.

TOCCHETTO, Fernanda Bordin. A formação da coleção arqueológica do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo e as práticas de gestão implementadas. **Revista de Arqueologia**, v. 33, n. 3, p. 419-435, 2020. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/872>. Acesso em: 09 out. 2023.

TOLEDO, Grasiela Tebaldi. **Musealização da arqueologia e conservação arqueológica: experiências e perspectivas para a preservação patrimonial**. Tese (Doutorado Arqueologia) - MAE/USP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-05062018-085208/pt-br.php>. Acesso em: 09 out. 2023.

VASCONCELOS, Mara Lúcia Carrett; ALCÂNTARA, Tainã Moura. Com quantas caixas se faz uma reserva técnica? Um relato de experiência sobre a gestão dos acervos arqueológicos no MAE/UFBA. **Revista Arqueologia Pública**, v. 11, n. 2 [19], 2017: p. 153-165. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8650056>. Acesso em: 09 out. 2023.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; RIBEIRO, Diego Lemos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Musealização da Arqueologia: percursos trilhados, dilemas do presente e rotas para o futuro. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 12, n. 24, p. 15-31, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/50673>. Acesso em: 09 out. 2023.

ZANETTINI, Paulo; WICHERS, Camila A. de Moraes. Arqueologia preventiva e o ensino de arqueologia no Brasil. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 239-256, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/4079>. Acesso em: 05 nov. 2023.

### APÊNDICE A - LEVANTAMENTO DE PEÇAS DA COLEÇÃO EM 2023

CÓDIGO DO SÍTIO	CATÁLOGO	TOTAL CERÂMICAS	TOTAL LÍTICOS	OUTRAS MATERIALIDADES	TOTAL	OBS.
UUU-01	201	45	0		45	
UUU-02	202	891	17		908	
UUU-03	203	101	0		101	
UUU-03	204	241	7		248	
UUU-04	205	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	Nenhum material correspondente encontrado.
UUU-05	206	1174	13		1187	
UUU-05	207		12		12	
UUU-06	208	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	Nenhum material correspondente encontrado.
UUU-07	209	500	46		546	
UUU-08	210	461	85		546	
UUU-09	211	113	14		127	
UUU-10	212	4	4		8	
UUU-11	213	202	8		210	
UUU-12	214	11	1		12	
UUU-12	215	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	Nenhum material correspondente encontrado.
UUU-13	216	194	0		194	Encontrei uma caixa indicando uma peça lítica, porém estava vazia.
UUU-14	217	93	2		95	
UUU-15	218	192	5		197	
UUU-16	219	225	1		226	
UUU-17	220	682	0		682	
UUU-17	221	100	0		100	
UUU-17	222	14	0		14	
UUU-18	223	58	0		58	

UUU-19	224	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	Nenhum material correspondente encontrado.
UUU-20	225	496	18		514	
UUU-21	226	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	Nenhum material correspondente encontrado..
UUU-22	227	83			83	
UUU-23	228	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.	Nenhum material correspondente encontrado..
UUU-24	229	490	42		532	
UUU-25	230	440	52		492	
UUU-25	231	41	25		66	
UUU-25	232	66	0		66	
UUU-26	233	976	78		1.054	
UUU-27	234	1592	58	1 fragmento ósseo	1.651	
UUU-28	235	4	4		8	
UUU-29	236	180	4	4 tijolos	188	Encontrei em uma caixa 112 fragmentos sem numeração, mas indicando que eram do catálogo, porém sem análise, por isso foram incluídos. E também 4 líticos sem número mas que constam nas fichas catalográficas.
<b>TOTAL DE PEÇAS NA COLEÇÃO: 10.170</b>						

Fonte: Levantamento da coleção Alto Uruguai realizado pela autora em 2023.

## ANEXO A - LEVANTAMENTO DA COLEÇÃO REALIZADO EM 2001

CÓDIGO DO SÍTIO	CATÁLOGO	TOTAL CERÂMICAS	TOTAL LÍTICOS	OUTRAS MATERIALIDADES	TOTAL
UUU-01	201	44	0		44
UUU-02	202	881	16		897
UUU-03	203	134	6		140
UUU-03	204	200	6		206
UUU-04	205	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-05	206	1218	14		1232
UUU-05	207	0	11		11
UUU-06	208	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-07	209	644	87		731
UUU-08	210	241	86		327
UUU-09	211	116	12		128
UUU-10	212	3	3		6
UUU-11	213	215	8		223
UUU-12	214	11	1		12
UUU-12	215	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-13	216	108	1		109
UUU-14	217	82	8		90
UUU-15	218	218	5		223
UUU-16	219	185	1		186
UUU-17	220	471	0		471
UUU-17	221	100	0		100
UUU-17	222	14	0		14
UUU-18	223	58	0		58
UUU-19	224	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-20	225	455	12		467
UUU-21	226	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-22	227	86	0		86
UUU-23	228	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-24	229	502	44		546
UUU-25	230	430	44		474
UUU-25	231	41	21		62
UUU-25	232	64	0		64
UUU-26	233	427	84		511
UUU-27	234	1558	58	1 fragmento ósseo	1.617
UUU-28	235	4	3		7

<b>UUU-29</b>	236	10	0		10
<b>TOTAL DE PEÇAS NA COLEÇÃO: 9.052</b>					

Fonte: Reprodução do levantamento do acervo arqueológico do MARS realizado em 2001 pela arqueóloga Karla Fredel, 2023.

**ANEXO B — LEVANTAMENTO DA COLEÇÃO A PARTIR DAS FICHAS  
CATALOGRÁFICAS DE 2002**

<b>CÓDIGO DO SÍTIO</b>	<b>CATÁLOGO</b>	<b>TOTAL CERÂMICAS</b>	<b>TOTAL LÍTICOS</b>	<b>OUTRAS MATERIALIDADES</b>	<b>TOTAL</b>
UUU-01	201	0	13		13
UUU-02	202	1260	0		1260
UUU-03	203	108	0		108
UUU-03	204	102	10		112
UUU-04	205	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-05	206	1065	14		1079
UUU-05	207	0	12		12
UUU-06	208	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-07	209	610	46		610
UUU-08	210	480	73		553
UUU-09	211	265	13		278
UUU-10	212	4	4		8
UUU-11	213	202	8		210
UUU-12	214	52	1		53
UUU-12	215	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-13	216	177	11		188
UUU-14	217	94	1		95
UUU-15	218	226	5		231
UUU-16	219	220	0		220
UUU-17	220	713	0		713
UUU-17	221	100	0		100
UUU-17	222	14	0		14
UUU-18	223	58	0		58
UUU-19	224	-	-		-
UUU-20	225	411	18		429
UUU-21	226	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-22	227	170	0		170
UUU-23	228	n.i.	n.i.	n.i.	n.i.
UUU-24	229	491	45		536
UUU-25	230	419	24		443
UUU-25	231	41	25		66
UUU-25	232	78	0		78
UUU-26	233	1095	83		1.178
UUU-27	234	1682	58	1 metal	1.741

<b>UUU-28</b>	235	3	5		8
<b>UUU-29</b>	236	67	4	4 tijolos	75
<b>TOTAL DE PEÇAS NA COLEÇÃO: 10.639</b>					

Fonte: Elaborado pela autora através de informações retiradas das fichas catalográficas, 2024.